



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
GRADUAÇÃO DE HISTÓRIA

MARIA TEREZA MARQUES DE OLIVEIRA

HOMOAFETIVIDADE FEMININA: IDÉIA INEXISTENTE AOS OLHOS DO MUNDO
E INDIZÍVEL SOBRE SI MESMA

Campina Grande -- PB
2008

MARIA TEREZA MARQUES DE OLIVEIRA

HOMOAFETIVIDADE FEMININA: IDÉIA INEXISTENTE AOS OLHOS DO MUNDO
E INDIZÍVEL SOBRE SI MESMA

Trabalho Acadêmico Orientado
Apresentado à Universidade Federal de
Campina Grande -
UFCG para encerramento do
componente curricular e conclusão da
graduação em História.

Orientador: Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó

Campina Grande – PB
2008



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2023.

Sumé - PB

MARIA TEREZA MARQUES DE OLIVEIRA

HOMOAFETIVIDADE FEMININA: IDÉIA INEXISTENTE AOS OLHOS DO MUNDO
E INDIZÍVEL SOBRE SI MESMA

Trabalho Acadêmico Orientado
Apresentado à Universidade Federal de
Campina Grande -
UFCG para encerramento do
componente curricular e conclusão da
graduação em História.

Aprovada em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Nota _____
Prof. Dr. Alarcon Agra do O – UFCG
(Presidente – Orientador)

Nota _____
Profª. Msª. Silêde Leila Oliveira Cavalcanti – UFCG
(1º Examinador)

Nota _____
Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira - UFCG
(2º Examinador)

O preconceito só dói quando é contra nós.
As heroínas saem do armário: Literatura lésbica contemporânea – Lucia Facco – 2004

Sexualidade, identidade e gênero.

Homoafetividade Feminina: Idéia inexistente aos olhos do mundo e indizível sobre si mesma.

Autor (a): Maria Tereza Marques de Oliveira

Orientador: Dr. Alarcon Agra do Ó

Examinadores: Ms^a. Silêde Leila Oliveira Cavalcanti

Dr. Iranilson Buriti de Oliveira.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar o campo das sexualidades tidas enquanto dissonantes da normalidade, vislumbrando questões que identifiquem, em meio a discursos e representações, as ressignificações em torno da temática homossexualidade feminina e práticas homoeróticas (femininas) no Brasil Contemporâneo (1960-2008). Buscamos identificar a visualização de elementos pertencentes a luta histórica das mulheres frente aos preconceitos e dificuldades impostos pelos tradicionais modelos de sociedade e cultura. Mulheres essas que imergiram de um lugar subjugado e marginalizado, conquistando o setor público e agora pleiteiam a visibilidade e a livre expressão sexual como metas a serem conquistadas. Na construção deste, realizamos análise e mapeamento de produções pertencentes a diversos campos dos saberes científicos e também de um filme - “Desejo Proibido” – para trazer à tona essa realidade incomoda da “homossexualidade feminina”, dotada de um amor que não ousa dizer seu nome, mas que reivindica seu lugar.

Palavras-chave: Homossexualidade feminina. Visibilidade. Representações identitárias

ABSTRACT

This work has the objective to analyze the field of the had sexuality while dissonant of normality, being glimpsed questions that identify, in way the speeches and representations, the reverse-significances around the thematic feminine homosexuality and practical homoerotic (feminine) in Brazil Contemporary (1960-2008). We search to identify to the visualization of pertaining elements the historical fight of the women front to the preconceptions and difficulties taxes for the traditional models of society and culture. Women these that had immersed of an overwhelmed and kept out of society place, conquering the public sector and now plead the visibility and the free sexual expression as goals to be conquered. In the construction of this, we carry through analysis and mapping of pertaining productions the diverse fields of knowing them scientific and also of a film - "Forbidden Desire" - to bring to tona this reality bothers of the "feminine homosexuality", endowed with a love that does not dare to say its name, but that it demands its place.

Word-key: Feminine homosexuality. Visibility. Representations of identities

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1. AS CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS ACERCA DO HOMOEROTISMO FEMININO NO BRASIL: A VISIBILIDADE EM QUESTÃO.....	10
2. A HOMOAFETIVIDADE FEMININA E SEU SILÊNCIO DESCONCERTANTE: ENTRE PRECONCEITOS, DESEJOS E REPRESENTAÇÕES.....	29
2.1 AMOR ENTRE “ELAS”: MARCAS DE UMA HISTÓRIA EM SILÊNCIO.....	32
PRIMEIRA HISTÓRIA	
2.2 “SER” OU “ESTAR” HOMOSSEXUAL: DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS DE UMA IDENTIDADE RESSIGNIFICADA.	38
SEGUNDA HISTÓRIA	
2.3 MATERNIDADE CONCEBIDA E/OU CONSENTIDA: <i>LAS OTRAS MAMÁS</i> E AS “NOVAS” FORMAS DE “SER” FAMÍLIA EM CASAIS LÉSBICOS.....	44
TERCEIRA HISTÓRIA	
CONSIDERAÇÕES SOBRE O FILME DESEJO PROIBIDO.....	51
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
4. REFERÊNCIAS.....	55

INTRODUÇÃO

Não me parece tão impossível... É a palavra “fase”. É finalmente sair do armário e ainda assim ser chamada “gay”. É ser fodida e chupada por uma mulher até parecer que você vai chorar e ainda assim sentir no fundo da sua mente que ninguém sabe o que você realmente faz. Não estamos esperando por um homem, eu não estou esperando por um homem. Só odeio este sentimento estranho de que há um homem esperando por mim.

Go fish, girl meets girl – Rose Troche – 2005 (Tradução: Silvia Gomide, 2007)

Diante da constatação de que a homossexualidade feminina ainda hoje sofre com lacunas em sua nomeação, direcionamos nosso estudo a pesquisar como foram se construindo discussões acerca do homoerotismo feminino dentro de uma sociedade em transformação (ressignificação). A imersão de novos códigos sexuais, de expressões distintas, fez com que surgisse a necessidade de se analisar o lugar do feminino que, uma vez libertado de algumas amarras, adentra nesse nosso universo reivindicando o seu espaço de fala.

A problemática que se apresenta a nós é a procura por identificar, em meios a tantas “vozes”, aquela(s) que sintetize(m) ou abarque(m) em sua fala aspectos de identificação com a homossexualidade feminina, uma vez que em meio às produções sobre essa temática, observamos um maior direcionamento para a escrita em torno do homossexual homem.

Essa vigente necessidade de “dar voz” a um silêncio que fala pela homossexualidade feminina foi o que nos motivou e fez com que partíssemos em busca de elementos que apontassem para o cerne da questão: os por quês dessa tida invisibilidade. Entremeando aspectos discursivos com questões representativas visualizamos ao longo da pesquisa, certos aspectos que justificam e que autorizam esse silêncio em torno da homossexualidade feminina.

Buscamos trazer à tona essas vozes silenciadas que por muito tempo ocultaram esse discurso, obscurecendo suas relações, seus personagens. Partimos da constatação de que esse silêncio nos fala através dos “implícitos”, das “subjetações” dos *não-ditos* que caminham pelas entrelinhas e pairam à margem de um discurso normatizador, mas que sempre estiveram presentes na História – seja pela negação, pelo preconceito, pelo silêncio. As reivindicações desses personagens ocultos foram “ouvidas” e assim nos propomos a analisar, identificar e “fazer falar” esses incômodos *não-ditos* que já foram ditos, mas, não foram ouvidos ou não se fizeram entender.

Dando voz ao silêncio procuramos entender os elementos que nortearam essa ocultação história. Identificamos dentre os elementos estruturas que desautorizam esse

discurso das mulheres homossexuais, oprimindo-as por possuírem identidades que vão de encontro ao modelo hegemônico, essa estrutura acaba por secularizar normas e conceitos que perpassam um tipo único de “normalidade”, como se vivêssemos num mundo onde a grande questão de diferenciação não se pautasse no binário do estudo de gênero (homem x mulher), mas sim na sexualidade como elemento distintivo. Seria como se dividir a sociedade entre heterossexuais e homossexuais.

Assim, tendo como objetivo analisar o campo das sexualidades tidas enquanto dissonantes da normalidade, vislumbraremos questões que identifiquem, em meio a discursos e representações, as ressignificações em torno da temática homossexualidade feminina e suas práticas homoeróticas no Brasil Contemporâneo (1960/2008). Buscamos identificar a visualização de elementos pertencentes a luta histórica das mulheres frente aos preconceitos e dificuldades impostos pelos tradicionais modelos de sociedade e cultura. Mulheres essas que imergiram de um lugar subjugado e marginalizado, conquistando o setor público e que pleiteiam uma maior visibilidade e a livre expressão corporal e sexual como metas a serem alcançadas.

A grande relevância dessa pesquisa está na problematização de comportamentos e discussões de identidades lésbicas que se tiveram por muito tempo enquanto fixas, definidoras de “sujeitos” e que agora afirmam-se múltiplas. Nesse sentido, constatamos que trabalhar com a homossexualidade enquanto elemento definidor de uma identidade é algo empobrecedor. Nesse sentido, contribuimos no sentido de trabalhar com diferentes “olhares” na busca por se construir um novo olhar. Visualizar a produção em torno da homossexualidade feminina, identificando momentos de ruptura e a inserção de novos aportes discursivos, apontando as lacunas existentes em torno desta.

Trabalho monográfico intitulado *Homoafetividade feminina: idéia inexistente aos olhos do mundo e indizível sobre si mesma* traz sua estruturação dividida por dois capítulos.

No primeiro capítulo cujo título é *As construções discursivas acerca do homoerotismo feminino no Brasil: a visibilidade em questão* fazemos um mapeamento em torno das produções científicas acerca da temática homoafetividade feminina dando destaque para os discursos que trabalham o silêncio como linguagem maior desse *amor que não ousa dizer seu nome*. Assim, esse capítulo pauta-se na busca por dar uma maior visibilidade a temática e a identificação de elementos causadores desse pronunciado silêncio que circunda as práticas homoafetivas entre mulheres.

Não ousamos na tentativa por escrever “o discurso da homossexualidade feminina”, apenas vislumbramos questões que se fizeram e fazem presentes no universo vivenciado por essas mulheres.

No segundo capítulo intitulado *A homoafetividade feminina e seu silêncio desconcertante: entre preconceitos, desejos e representações* trabalhamos com as representações em torno da temática lesbianismos encenadas no filme *Desejo Proibido*. Esse capítulo encontra-se subdividido em três momentos distintos nos quais vislumbramos a análise de cada uma das três histórias que o filme nos apresenta. No primeiro sub-tópico *Amor entre “elas”: marcas de uma história em silêncio* trabalhamos com o confronto dos diálogos do filme com as falas de estudiosos da área discutindo a ausência de uma proteção legal em torno das relações homoafetivas femininas e a questão do silêncio e preconceito como fatores delimitadores desse lugar “secundarizado” e marginalizado vivenciado por mulheres homossexuais.

No segundo sub-tópico *“Ser” ou “estar” homossexual: desafios e enfrentamentos de uma identidade ressignificada* tratamos das identidades lésbicas e o confronto entre as mudanças e os continuísmos a partir das discussões do filme e da análise de estudiosos da área de gênero e sexualidade. Nesse momento tratamos da questão da busca por espaços de identificação – *espaços gays* - que auxiliam nessa necessidade de identificar-se e entrar em contato com o seu “igual”.

No terceiro e último sub-tópico *Maternidade concebida e/ou consentida: las otras mamás e as “novas” formas de “ser” família em casais lésbicos* visualizamos problemáticas que se inseriam no campo da religião (casamento), da biologia (a parentalidade) e a questão Judiciária (direitos à adoção e maternidade), como elementos norteadores de nossa análise. Pegamos elementos trazidos pelo filme e entrelaçamos com as discussões dos estudiosos que trabalham com tais questões. Tratamos com cuidado acerca de tais questões por percebermos os incômodos que tais problemáticas inserem em nossa sociedade atual.

HOMOAFETIVIDADE FEMININA: IDÉIA INEXISTENTE AOS OLHOS DO MUNDO E INDIZÍVEL SOBRE SI MESMA

1. AS CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS ACERCA DO HOMOEROTISMO FEMININO NO BRASIL: A VISIBILIDADE EM QUESTÃO.

Atualmente, no campo da pesquisa histórica, é perceptível a abordagem de temas com estudos preocupados com a questão dos corpos, das sexualidades, da construção de lugares para o feminino dentre outras discussões. Diante de tal constatação viemos por explorar o campo das sexualidades tidas enquanto dissonantes da normalidade, vislumbrando questões que identifiquem, em meio a discursos e representações, as ressignificações em torno da temática homossexualidade feminina.

A proposta desse trabalho é apresentar ao olhar público as “marcas obscuras” que permeiam as discussões acerca das práticas homoeróticas femininas no Brasil Contemporâneo (1960-2008), analisando produções culturais em torno de tal questão. Realizamos a análise de diversos campos dos saberes científicos (Antropologia social, Psicologia, Sociologia, Educação e História) e um filme *Desejo Proibido* em torno da temática “homossexualidade feminina”.

No universo vivenciado pela pós-modernidade encontram-se fissuras ou elementos de ruptura com a visão moderna da História. Apresentando de maneira discursiva, o que se observa é que a grande questão que se articulou em torno das "mudanças" foi à quebra com a idéia de "construção de uma História Global"¹. Enquanto na modernidade buscava-se sistematizar os acontecimentos de maneira universal - unificadora e totalizante; na Pós-modernidade se apregoa a idéia de micronarrativas ou microrrecortes no todo social, ou seja, histórias tematizadas.

As transformações implicadas nessa transição Modernidade/Pós-Modernidade provocam grandes deslocamentos historiográficos. As grandes narrativas políticas dão lugar a uma "pluralidade cultural": o homem “selvagem”, a loucura, a criança, a mulher, o doente, o delinqüente, etc., passam a fazer parte das representações da história que se constrói a partir das margens - uma história periférica. Descortina-se um "olhar em migalhas" que capta e traz

¹ Sobre a discussão acerca da História Global ver José Carlos Reis. *História da história: civilização ocidental e sentido histórico - Da História global à História em migalhas: o que se ganha, o que se perde?* In: **História e Teoria: Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: FGV. Ed, 2003

à cena as diferenças e os desvios que antes eram descartados. O retorno do "eu", a partir das experiências vividas, transforma a alteridade em um problema histórico - preocupação com as "aventuras individuais". O interesse pelo efêmero causa uma maior mobilidade na história - aceleração da mudança. No projeto pós-moderno de construção de uma história não-linear constata-se uma presentificação² do mundo - exaltação do tempo presente, havendo assim uma ruptura com o passado e o futuro.

Diante de tais "rupturas" observa-se a necessidade de um novo planejamento para a prática historiográfica. Existe um domínio que determina uma série de métodos ou práticas que interferem e, de certa forma, determinam o lugar de onde se produz História. O estabelecimento de lugares sociais de fala³ institucionalizados, tem posto o historiador na função de mediador entre as idéias e o lugar. Essa burocratização das práticas historiográficas e a institucionalização dos saberes tem concretizado o discurso enquanto algo passivo de controle. Logo, abre-se prerrogativas em torno da idéia de verdade e o pós-estruturalismo, aí, busca romper com a idéia de história enquanto verdade absoluta, bem como se afasta da concretude legitimadora da história a partir dos documentos. Neste sentido, a abstração subjetiva dos objetos de estudo dão uma maior pluralidade a história que, retomando o universo das mentalidades - religiosidade, sentimentos, rituais, infância, sexualidade, prisões, doença, amor, morte, loucos, mulher, homossexualidade, corpo, modo de vestir, etc., elenca novas discussões e enriquece o campo de conhecimento histórico. Essas problemáticas vão direcionar o estudo histórico dentro da pós-modernidade trazendo consigo elementos que entram em combate com as antigas práticas historiográficas. Contudo, a explanação acerca da produção de uma análise historiográfica se faz necessário uma vez que vivemos esse universo de ambigüidades e, por isso, somos sujeitos dessa história que está por se escrever.

Trazendo à tona as discussões propagadas pela multiplicidade de idéias que se faziam "ouvir", na segunda metade do século XX, podemos afirmar que houve uma certa "transferência de reinado" na produção historiográfica da época. O que se observa é que ao final dos anos 1970, tornaram-se cada vez mais evidentes sinais de "esgotamento" dos três grandes modelos historiográficos predominantes no período subsequente à segunda guerra

² Ver CHARLES, Sébatian. "O individualismo paradoxal: introdução ao pensamento de Gilles Lipovetsky", In LIPOVETTSKY, Gilles. Os Tempos Hipermodernos. São Paulo: Barcarolla, 2004.

³ Ver: Michel de Certeau. *A Operação Historiográfica*. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 1982.

mundial. A busca de novas formas de representação nas ciências sociais tem início nessa quadra de 1970.

A crise já vinha aparecendo em algumas ciências sociais vizinhas, a começar pela antropologia. A época das grandes propostas paradigmáticas, como as do marxismo, dos Annales e do quantitativismo estrutural, que se estendeu dos anos 1940 até os 1980, cedeu à fase da crise dos paradigmas e da busca de novas formas de investigação e de expressão. Nesse novo universo que se apresenta são três as tendências que se destacam: a micro-história e a nova história cultural⁴, que têm relação explícita com diversas das idéias e posições do pós-modernismo, e a "ciência história sócio-cultural".

Buscando novas maneiras de pensar a história, muitos historiadores se lançaram, principalmente a partir da década de 1960⁵, àquilo que eventualmente passou a ser conhecido como a "História vista de baixo"⁶. Neste cenário, não há mais espaço para as grandes narrativas e relatos de batalhas, acordos diplomáticos, sucessões de poderes. Torna-se perceptível o direcionamento para as narrativas do cotidiano de "pessoas simples", colocando no enfoque das escritas as histórias dos que até então eram deixados de lado pela História Tradicional: mulheres, negros, homossexuais e loucos.

Nos anos oitenta constata-se uma mudança no panorama das tendências e ensaios no campo da teoria e da pesquisa social, em seu conjunto, incluída a historiografia em todas as suas variações. O cenário ao final do século XX pode ser caracterizado das mais diversas maneiras, mas, certamente, se impõe o aspecto de certa dispersão, rica em propostas inovadoras, fértil em modismos e abundante em "releituras".

Como se vê, a produção historiográfica na segunda metade do século XX encontrava-se imersa em uma crise epistemológica. Tal contextualização elenca questões de ordem discursiva, remetendo sempre ao embate teórico desenvolvido pelas múltiplas correntes da época, abrindo espaço para a emergência de novas perspectivas e a recepção das "novas" abordagens históricas no cenário brasileiro.

⁴ Para uma melhor visualização das variedades da História Cultural ver: Peter Burke. *Unidade e variedade na história cultural*. In: **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 2000.

⁵ Em referência a contextualização histórica em torno do pós-estruturalismo ver: José Antonio Vasconcelos. *História e Pós-Estruturalismo*. In: **Narrar o passado, repensar a história**. RAGO, Margareth e GIMENES, Renato Aluiziu de Oliveira (Orgs.). Campinas: Unicamp, IFCH 2000 (Coleção Idéias).

⁶ A História vista de Baixo é um conceito trabalhado por Eduard Thompson. Para melhor conhecimento acerca do termo ver: Eduard P. Thompson. *A História Vista de Baixo*. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001. p. 185-201.

O que se observa é que essa movimentação em torno da escrita da História aproximou os saberes científicos que, através da interdisciplinaridade, se articularam em torno da produção de discussões mais ricas, que englobassem os conhecimentos não de apenas um campo de saber, mas que abarcasse uma discussão multidimensional, com questões históricas, antropológicas, sociológicas, etc. Assim, esse trabalho vem a experimentar essa aproximação apresentando uma análise dos discursos que foram se construindo em torno da homossexualidade feminina no Brasil (1960-2008) no campo da História, Sociologia, Psicologia, Antropologia e, num outro momento, focando a problematização do tema no filme *Desejo Proibido*, fazemos sempre referência às particularidades que cada produção traz, mas sem negligenciar os usos de elementos que uma faz das outras – tomar emprestado as falas de outros campos de saberes.

A luta por se fazer ouvir o “grito” de mulheres homossexuais já vem carregado de dificuldades múltiplas, uma vez que são dois “novos objetos” de estudo para a História. Ser mulher em uma sociedade que tem sua essência pautada no patriarcalismo e na falocracia dominante já se faz complicado, e vê-se agravado quando estas mesmas mulheres reivindicam o direito de expressar sua orientação homoafetivamente direcionada por outras mulheres frente ao propagado modelo “normatizador heterossexista⁷” do ocidente Pós-moderno.

Dando início a análise objetiva do nosso trabalho, podemos afirmar que o grande mistério que se sucede acerca da sexualidade e suas práticas tidas como “desviantes” perpassa a questão da discussão de tal orientação ser ou não normal; a luta diária que tais personagens enfrentam por direitos igualitários no setor público; a questão da parentalidade e conjugalidade como direitos básicos exigidos por tal “grupo”; bem como a questão da visibilidade que tal problemática engendra na sociedade como um todo.

O título do trabalho já desperta certos questionamentos quando ao invés de utilizar a expressão “prática” utilizo o termo “idéia”. Tal permuta de significado vem em comum acordo com a fala da autora Denise Portinari⁸ na sua obra “O discurso da homossexualidade

⁷ Para de Lauretis a instituição da heterossexualidade obrigatória chama-se heterossexismo, categoria que fundamentaria o binário universal como base de elaboração do gênero. Para esta autora, o heterossexismo “recupera o potencial epistemológico radical do pensamento feminista no interior da casa do senhor.” Quebrar o binário seria assim abrir as portas de um sistema de significações que obscurecem o múltiplo em uma coesão identitária em torno do sexo biológico. E isso leva à questão da identidade, questão que anima o debate atual.

⁸ Denise Berruezo Portinari - possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1984), mestrado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1988) e doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1998), com sanduíche realizado na New School for Social Research, EUA (1996). Atualmente é professor assistente e Coordenadora de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Teoria

feminina”⁹ na qual contesta a determinação da homossexualidade enquanto um ato ou uma prática. Para ela, a homossexualidade denotaria uma idéia e não se encerraria enquanto algo fixo, pois, antes de ser encarado como dado natural ou psicológico, a homossexualidade é um dado da linguagem, e assim, engajado em algum discurso (PORTNARI, 1989). Procuramos trazer a público essa idéia da homossexualidade feminina e algumas nuances que a permeia.

Ainda referenciando a questão do título do trabalho, afirmamos que essa “inexistência” da homoafetividade feminina aos “olhos do mundo” se faz na ordem discursiva, uma vez que a pesquisa nos fez perceber a carência, ou por que não dizer, ausência, de um discurso próprio da homoafetividade feminina no Brasil. Essa ausência está pautada na constante ligação que os vários estudos que analisamos tendem de associar a homossexualidade feminina com outros movimentos (Gay, Travestis, transexis, transgêneros, o movimento feminista e a luta de conscientização contra a AIDS), relegando a essas mulheres, afetivamente e sexualmente orientadas por outras mulheres, um lugar de segundo ou terceiro plano. Essa foi uma das motivações que nos fizeram adentrar nesse universo do “silêncio” tentando abstrair os fragmentos de discursos da homoafetividade feminina que se fazem entremeados com os demais discursos acima citados, tentando “construir” ou visualizar as falas que produzem ou são produzidas por esses personagens ocultados pela história e pela sociedade: as mulheres que amam outras mulheres.

Assim, esse “amor que não se deixa dizer” ou “não ousa dizer seu nome” é algo que se faz bastante presente nas “falas” dos estudiosos dos diversos campos científicos analisados, sempre retratando essa necessidade de se abrir espaço para a visibilidade desse movimento que vem sendo silenciado ao longo da história, mas, que sempre esteve presente, seja nas margens, seja na surdina de discursos feitos a partir das entrelinhas.

Como é observado, aqui tratando o caso específico da disciplina História, pode-se dizer que a homossexualidade feminina no Brasil construiu-se a partir das “resistências”, utilizando-se de uma *gramática do silêncio* onde esta, pautada na *semântica do desejo* constrói a invenção de uma linguagem do possível, na qual os “pares” se reconhecem, seja pela aquisição de modelos identitários “igualitários”, seja pelas experiências das

Psicanalítica, Papéis e Estruturas Sociais; Indivíduo, atuando principalmente nos seguintes temas: epistemologia, design, subjetividade, imaginário, corpo e cultura brasileira. É líder do Grupo Barthes de estudos sobre os aspectos subjetivos envolvidos nos processos de configuração e de recepção de objetos de uso e de imagens.

⁹ Tese de mestrado em Psicologia Clínica, elaborada sob a supervisão da professora Ana Maria Nicolaci da Costa e defendida em agosto de 1988 na PUC-RJ.

individualidades (transversões). Assim, vemos que os códigos da intimidade serão reinventados ou ressignificados dentro de um universo que *recusa o inverso*.

De acordo com o contexto que nos é apresentado, pode-se afirmar que o cenário que se descortina em torno da homoafetividade feminina é que esta se constrói no silêncio – seja este silêncio suscitado pelo medo da violência, julgamento público ou pela preservação de uma identidade que muitos encaram como “diferente”, “anormal”.

A discussão em torno do termo “diferente” – quando este está relacionado a homossexualidade – é apresentada por Jimena Furlani¹⁰ (2006) em um artigo intitulado “*Mulheres só fazem amor com homens?*” (*Des*)*construindo a homossexualidade feminina na Educação Sexual*. Nesse artigo a autora busca “desconstruir” os mecanismos históricos que definem o “diferente” como significativamente “indesejável”. Furlani põe em dúvida a hegemonia das sexualidades tidas enquanto “normais”, afirmando que o maior amparo em defesa da heterossexualidade se faz através da necessidade da reprodução, sendo este o elemento preponderante na atribuição do *status* de normalidade que este possui. Relativo a utilização de tais discussões no ambiente escolar infantil, a autora defende que há uma carência no setor da educação infantil de trabalhos com tal temática, uma vez que o *desejo de não saber* – relutância para admitir e reconhecer a existência do “outro” - parece ser mais forte que a necessidade de se dar voz a tal discurso no ambiente escolar infantil (FURLANI, 2006).

Nos discursos acerca da homoafetividade feminina, o *não-dito* seria o *indesejável*, e encarado enquanto ameaça, guarda-se no silêncio incômodo, porém seguro, de um discurso que necessita se fazer ouvido, mas, que esbarra no olhar preconceituoso de uma sociedade que se diz pós-moderna, contudo, traz em sua essência, aspectos conservadores e tradicionais. Sendo rotulado de maneira pomenorizada de “subcultura” a homossexualidade feminina caminha, mesmo que a passos lentos, a uma busca por espaço e “criação” de um lugar. Lugar este pertencente ao campo das representações, como símbolos de luta e conquistas de tal movimento, que nas palavras de Silvia Gomide¹¹ destaca:

A subcultura lésbica construiu resistência à heterossexualidade dominante, parcialmente através de estilo e apresentação pessoal, uma vez que a

¹⁰ Jimena Furlani é Doutora em Educação (UFRGS – 2005), na Linha de Pesquisa: Relações de Gênero, Sexualidade e Educação”, sob orientação da Profa. Dra. Guacira Lopes Louro. Mestre em Educação (UFSC – 1993), com dissertação voltada a temática da formação de educadores e educadoras. Linha de Pesquisa: Educação e Ciência. Orientação Dr. José Erno Taglieber. Bacharel e licenciada em Ciências Biológicas (UFSC – 1988) (UFSC - 1992)

¹¹ Silvia Gomide é jornalista. Apresentou sua dissertação de mestrado na Universidade de Brasília (UnB) sobre representações de identidades lésbicas na mídia contemporânea.

reconstrução de códigos culturais é central para grupos marginalizados, de acordo ainda com a perspectiva de Arlene Stein. Modelos indicam que a formação da identidade lésbica é um processo objetivo relacional que se completa com a “saída do armário” ou quando a pessoa conscientemente se identifica como lésbica. “Na cultura dominante, lésbicas muitas vezes se sentem mulheres ‘não autênticas e fracassadas’, mas na subcultura encontram espaço para serem ‘elas mesmas’”. (GOMIDE, 2007. p.p. 407)

Neste aspecto, duas questões tornam-se preponderantes na visibilidade e possível ou “passível” aceitação do lesbianismo: o primeiro é a construção de códigos culturais (amorosos e sexuais) que vão nortear a significação e reconhecimento dessas personagens num *devir lésbico*¹², criando um reconhecimento comum entre essas mulheres através de uma identidade una: a lesbianidade¹³. Por que a grande questão aí destacada por Gomide não é o “descobrir-se lésbica”, e sim, a significação que cada mulher terá de si, ou como ela se insere dentro desse “modo de vida lésbico”.

O segundo ponto destacável é a “formação da(s) identidade(s) lésbica(s)” trabalhada pela autora como se a obtenção dessa “identificação com sua sexualidade” só fosse “possível” a partir do momento em que (a mulher) decide-se por “Sair do armário” ou quando esta se identifica como lésbica. Então questiono: quer dizer que é a exposição pública da orientação sexual e/ou “aceitação” em descobrir-se lésbica que vai determinar a minha identidade? Ou será que essa resistência passiva e mesmo velada em aceitar o modelo ideal de subjetividade da identidade já não cria por si só aspectos de reconhecimento próprio de identidades, não havendo aí a necessidade de exposição pública para que o homossexual (lésbica) possa se auto determinar pertencente a determinados “modelos”? Pois acredito que não há uma descoberta da homossexualidade, e sim uma ressignificação de um modo de vida - alternativo, através do *devir lésbico*.

Retomando a discussão acerca da homossexualidade feminina se fazer no silêncio, nos deparamos com opiniões díspares dentro dos estudos direcionados a temática homoafetividade feminina no Brasil. Denise Portinari (1989) no livro *O discurso da homossexualidade feminina* trabalha a homossexualidade como um território da subjetividade elaborada na linguagem, e não como um comportamento, estado, sintoma ou atributo do

¹² Este termo *Devir lésbico* foi inspirado na discussão que Foucault faz acerca da homossexualidade na qual ele reforça a necessidade dos homossexuais em criar um *Devir gay* - um modo gay de vida – (novas formas de vida, sociedade e relação na arte e na cultura. Novas escolhas sexuais, éticas e políticas), que recusa o *inverso*. Fazendo um jogo de palavras troco o termo Gay utilizado por Foucault e utilizo lésbico pra reforçar a discussão acerca da construção de identidades lésbicas analisadas por mim.

¹³ Não querendo afirmar que existe uma identidade lésbica fixa, padronizada e indissolúvel. Longe disso! Apenas destaco esse lugar de “subcultura” apresentado por Gomide como espaço que traz consigo um elo de proximidade (o enxergar-se como Lésbica), mas que também tem particularidades distonantes (diferenças).

sujeito. Assim, a homossexualidade feminina apresenta-se como algo que tem uma série de “já-ditos”, pois é um discurso, e segundo ela, existente através da linguagem. (PORTINARI, 1989).

“A homossexualidade é dita.” É uma forma de dizer que qualquer concepção, devaneio, comentário, discussão, percepção e inclusive qualquer vivência referida à homossexualidade será necessariamente um *ato de linguagem*, submetido portanto a todas as forças que atuam nesta e que incidem sobre ele e o constituem. (PORTINARI, 1989. P. 18)

Ainda neste sentido, a historiadora Minisa Nogueira Napolitano (2004) em seu artigo *A construção do lesbianismo na sociedade carioca oitocentista*, trata da questão da invisibilidade acerca do lesbianismo no Brasil como algo que se fez historicamente. Ou seja, não é um “problema” atual, e sim, algo que veio se consolidando ao longo dos anos. É mostrado que não há muitas referências históricas acerca das práticas homoeróticas entre mulheres no Brasil de outrora. Fazendo uma leitura da homossexualidade feminina no Brasil a autora engloba discussões que perpassam o Brasil colonial até o Brasil do século XIX a fim de demonstrar as lacunas existentes na escrita de uma “História da homossexualidade feminina brasileira”.

Segundo Napolitano (2004), em 1642 a sodomia feminina fazia parte da alçada da Inquisição e que esta não dava “visibilidade” a tal ato por considerá-lo improvável de ser concretizado enquanto prática efetiva. Assim sendo, era impensável para a sociedade que duas ou mais mulheres tivessem relações sexuais entre si, uma vez que lhes faltavam algo que para era tido como fundamental: o falo.

Após esse período, houve uma grande lacuna de “silêncio” em torno da temática no Brasil, onde nem sequer foi mencionado nada a respeito da prática da sodomia feminina. No século XIX, com as transformações culturais no cenário nacional, a autora destaca um “retorno” das lésbicas¹⁴ a história do Brasil através dos escritos médicos. Contudo, o que se observa é que essas mulheres passaram a ser vistas como *aberrações sexuais* pelos médicos da época, que, se tratando da homossexualidade, não sabiam se deveriam puni-las como se fossem delinqüentes ou se deveria tratá-las como se fossem doentes (NAPOLITANO, 2004).

Tratar com o “desconhecido” é muito complicado, principalmente quando vivemos em uma sociedade que tendencia-se a restringir através de rótulos, classificações, padrões e conceitos, toda e qualquer expressão cultural que não se enquadre no modelo tido como

¹⁴ Utilizo o termo lésbicas pra facilitar o entendimento do leitor, contudo, a terminologia utilizada na época do Brasil Colonial pra denominar uma série de atos de mulheres que se relacionavam afetivamente e sexualmente com outras mulheres é *fricatrices* ou *Tribades*.

“normal”. Tudo torna-se estatística! E não é diferente com a homossexualidade feminina. Essa tendência social e nacional (Brasil) de enquadrar tudo em padrões de “modelos identitários falidos” faz com que enxerguemos no “outro”, o “diferente” – aquele que não se encaixa no padrão estabelecido pelo discurso normatizador dominante. Contudo, tal aspecto serve apenas como elemento de distinção entre os “iguais”, pois a grande questão em se classificar o “outro” enquanto “diferente” é não aceitar a idéias de que este lhe é “igual”. Assim, essa discussão que Minisa (2004) nos apresenta, dos médicos do século XIX não conseguirem delimitar um “conceito” que qualificasse as mulheres sodomitas, só traz mais questionamentos acerca das formas de se ver e tratar o “outro” e o quão delicado é tal problemática.

O *universo da surdina*, no qual a homossexualidade feminina se faz “ouvir”, é uma idéia que se está presente na grande maioria dos artigos analisados. São considerações distintas, com métodos de pesquisa diversos, mas, que acabam por trazer uma idéia única: a homoafetividade, em especial a feminina, que se fez-se, e faz-se no silêncio. Contudo, é evidente a necessidade de se levar a público um discurso que apresente as idéias, os anseios, as angústias e a vivência dessas mulheres que, marginalizadas por uma história de essência patriarcalista, falocrática e heterossexista, aguardam o momento de *sair detrás das cortinas* e adentrar no palco da visibilidade pública, onde, certamente, representarão os papéis que até então lhes foram/são negados.

É neste sentido de um pronunciado silêncio e de uma necessidade latente de se abrir espaço no setor público para os anseios dessas mulheres que o sociólogo Antônio Cristian Saraiva Paiva¹⁵ (2007) no artigo *Reserva e invisibilidade: a construção da homoconjugalidade numa perspectiva micropolítica*,¹⁶ afirma que há uma imposição do silêncio acerca da homoafetividade através do preconceito e do senso comum da sociedade.

Não dispomos de uma mediação discursiva (Elias, 2001) para expressar as intensidades do desejo, tais sujeitos tentam decodificar o que sentem a respeito de si e de suas preferências eróticas utilizando discursos residuais,

¹⁵ Antônio Cristian Saraiva Paiva é doutor em Sociologia, psicanalista e professor-adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC). Autor dos livros: “Sujeito e laço social: a produção de subjetividade na arqueologia de Michel Foucault” (Rio de Janeiro: Relume Demará, 2006), “Reservados e invisíveis: o *ethos* íntimo das parcerias homoeróticas” (Campinas: Pontes Editores; Fortaleza: PPG em Sociologia da UFC, 2007) e organizador do livro “Estatísticas da sexualidade” (Campinas: Pontes Editores; Fortaleza: PPG em Sociologia da UFC, 2006).

¹⁶ Esse artigo é parte integrante da tese de doutorado de Antônio Cristian Saraiva Paiva, intitulada *Reservados e invisíveis: o ethos íntimo das parcerias homoeróticas* em sociologia da EFC, 2007. O artigo encontra-se no livro **Conjugalidades, parentalidade e identidades lésbicas, gays e travestis** / org. Miriam Pillar Grossi, Anna Paula Uziel e Luiz Mello. – Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

difamatórios, desqualificadores. Daí, a imposição do silêncio, distância, segredo, medo, culpa, dificilmente removíveis. (PAIVA, 2007. p. 26)

Esse segredo do qual o autor nos falar pode ser entendível a partir do discurso silenciado. Silêncio esse que acaba por desdobrar-se em questões múltiplas dentro do discurso homossexual - a recusa dos antigos códigos da intimidade e a reinvenção dos mesmos, a reinvenção das linguagens, a criação de uma gramática do silêncio, tudo leva a um mesmo direcionamento: o medo de assumir-se perante o “outro”. É essa resistência de dizer-se, de “afirmar-se” enquanto detentor de uma orientação amorosa e sexual que diverge da tida “normal”, que faz com muitos homossexuais permaneçam às sombras da sociedade: escondendo-se, distanciando-se, e muitas vezes, representando papéis camuflados de heterossexual, frustrando-se em não querer, ou não poder, assumir seu verdadeiro “eu”, seja para a sociedade, seja para si.

Paiva 92007), ainda no tocante a permanência dos discursos da homossexualidade encontrar-se no silêncio abafado das margens, destaca que a constituição dos relacionamentos de homossexuais se dá pelo silêncio, encenada por uma *microsociologia da surdina* onde ele afirma:

A exploração desse espaço “fraturado” entre o “dizer” e o “dar a ver” possibilita a afirmação do relacionamento no interior de laços familiares, de amizade, profissionais, numa complexa tensão entre reconhecimento e silêncio. A administração desse silêncio que vê, ou dessa evidência muda está muito presente nas histórias narradas na pesquisa, e nos obriga a pensar para além de um dualismo assumido/ não assumido, dentro/ fora do armário. Esse “silêncio” mantido por parte dos familiares, dos amigos, dos colegas de trabalho etc., sobre o relacionamento *pari passu* com a intensificação dos contatos com os casais (isto é, um silêncio anuente), nos obriga a pensar uma outra “epistemologia do armário” (Sedgwick, 1990). Quais são as regras desse manter-se escondido, isto é, ao abrigo de uma declaração pública sobre os próprios amores e desejos, que, no entanto, se imiscui à vista de todos, sem que ele seja falado? Portanto, uma visibilidade dos interstícios e não uma visibilidade ostensiva. É nesse espaço emaranhado, barroco, borromeano, que os relacionamentos se constituem. (PAIVA: 2007 p. 29)

Buscando destacar os dilemas e enfrentamentos perpassados por mulheres que amam outras mulheres e os percalços destas dentro de uma sociedade predominantemente heterossexista e falocrática, analisamos discursos que se apresentam em defesa e/ou contrários a tais “orientações” no setor público. Contudo, a grande questão encenada é a representação (social e sexual) que tal orientação perpassa na vida dessas mulheres que se negam a enquadrar-se em categorias ou definir-se, limitando-se, ao estereótipo de “Lésbica”, mas, que acima de tudo, afirmam-se enquanto mulheres que desejam, amam e querem ser amadas.

Enfim, são mulheres que buscam seu espaço, que gritam por seus direitos e que amam independente de seus desejos pelo “igual”.

Em um artigo intitulado *Feminismo e Lesbianismo: a Identidade em questão* da historiadora Tânia Navarro Swain¹⁷ (1999) destaca-se o fator do lesbianismo sempre encontrar-se ligado ao movimento feminista contemporâneo que, recusando o mundo patriarcal de dominação dos valores masculinos, exalta os valores femininos. A autora enfatiza que apesar dessa associação entre feminismo e lesbianismo existir, o movimento feminista esteve mais preocupado em defender os direitos das mulheres frente a divisão de gênero (homem x mulher) na sociedade, do que lutar por conquistas no campo da “liberdade sexual”.(SWAIN, 1999).

Uma leitura possível que se pode ter acerca de tal questão é que em um primeiro momento o movimento feminista no Brasil não abraçou a causa da homossexualidade “libertária” como uma das bandeiras principais do seu discurso. Logo, constata-se uma certa bifurcação no movimento feminista onde teremos as *feministas “verdadeiras”*- que serão representadas por mulheres heterossexuais preocupadas com o lugar de submissão das mulheres no setor público da sociedade e que reivindicam seu lugar de mulher, mãe, cidadã. E na outra extremidade do movimento teríamos o feminismo formado por mulheres lésbicas que além de lutar na busca por conquistas sociais, políticas e culturais, crescem em seus discursos a reivindicação por uma liberdade no campo afetivo-sexual, ou seja, o direito de apresentar-se publicamente enquanto possuidoras de uma identidade lésbica.

Rejeitando as práticas homoeróticas entre mulheres como uma categoria (construção de uma identidade a partir de uma prática – a sexualidade) Swain (1999) critica de forma enfática a forma de encarar a sexualidade como elemento definidor do indivíduo. Como pode ser percebido nessa passagem:

O lesbianismo não pode ser um definidor de identidade já que não pode nem ao menos ser definido enquanto categoria. Tema espinhoso e quase sempre ausente nas teorias feministas que nos precedem, ocupadas com os problemas derivados da divisão binário do social aparece entretanto, há cinquenta anos, na obra máxima de referência do feminismo contemporâneo - O Segundo sexo de Simone de Beauvoir. (SWAIN, 1999. p. 111)

¹⁷ Tânia Navarro Swain possui graduação em Curso de História. Bacharelado e Licenciatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1974), mestrado em História da América Latina pela Université de Paris X, Nanterre (1976), doutorado em Sociétés Latino-américaines pela Université de Paris III (Sorbone-Nouvelle) (1979), pós-doutorado pela Institut de Recherches Et Études Féministes Iref Université Du Québec à Mon (1998) e pós-doutorado pela Université de Montreal Departement D’histoire (1998). Atualmente é Associado I da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de História, com ênfase em Teoria e Filosofia da História. Atuando principalmente nos seguintes temas: estrutura agrária, fronteiras agrícolas, produção agrícola, agricultura, capitalização.

O artigo é uma contextualização discursiva em torno da obra pioneira do feminismo contemporâneo: *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, que nos apresenta as ambigüidades das representações sociais. Sociedade onde a lógica do desejo masculino é que define o lesbianismo, em um mundo marcado pelo binário heterossexual da norma disciplinar. Swain (1999) constata que na disseminação da identidade, lesbianismo e feminismo caminham juntos na luta contra a violência da norma “heterossexista” que ainda se faz predominante. Contudo, ressaltando os enfrentamentos e tensões existentes entre o feminismo e a lesbianidade, enfatiza que o ponto de culminância entre os dois segmentos é a afirmação do ser “mulher” enquanto sujeito partícipe da sociedade.

Neste sentido o questionamento da heterossexualidade aparece como uma prática antes mesmo de retornar uma força, na desconstrução das identidades. A afirmação da categoria “mulher” enquanto sujeito seguiu-se nas teorizações feministas, sua disseminação: “mulheres” no plural, levando-se em conta não apenas as diferenças intergênero mas igualmente intragênero. Igualdade, diferença, gênero, categorias problematizantes que compõem e atravessam as diferentes teorias feministas deste século em torno do que finalmente é este “ser mulher”, ou “mulheres”, o que é o feminino, o sexo feminino? O lesbianismo reaparece nos anos 80 como parte da reflexão que interroga a categoria “gênero” em seu fundamento maior: a divisão binária e “natural” da sociedade em dois sexos, pressupondo assim a heterossexualidade. (SWAIN, 1999. p. 109/110)

Essa aproximação que é feita entre o movimento feminista no Brasil e o lesbianismo também é destacado no artigo *Por uma cultura filógena* de Margareth Rago¹⁸ (2001) onde esta sai em defesa das feministas, “condenando” as constantes estigmatizações acerca da figura da feminista com rotulações pejorativas. Segundo Rago (2001) essa estigmatização se fez como algo histórico e que ainda se constitui no nosso cotidiano. A autora destaca que esse

¹⁸ Luzia Margareth Rago - Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1B possui graduação em História pela Universidade de São Paulo (1970) e estudou Filosofia nessa mesma Universidade (1976-1979); realizou o mestrado em História na Universidade Estadual de Campinas (1980-84) e doutorado em História também na Universidade Estadual de Campinas (1985-1990). Fez a livre-docência em 2000 e desde 2003, é professora titular MS-6 do Depto de História da UNICAMP, onde iniciou em 1985. Foi professora visitante do Connecticut College, nos Estados Unidos, entre 1995/1996 e lecionou na Universidade de Paris 7, em 2003. Foi diretora do Arquivo Edgar Leuenroth da UNICAMP em 2000. Participou do Coletivo responsável pela publicação da revista "Libertárias", entre 1998-2000 e coordena junto com as profas Dra Tânia Navarro Swain e Dra. Marie-France Dépêche a revista digital feminista internacional LABRYS. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República e Teoria da História; trabalha principalmente com os seguintes temas: Foucault, feminismo, subjetividade, gênero e anarquismo. Atualmente é assessora científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, da CAPES e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e participa do Centro de Cultura Social de São Paulo. É associada do NU-SOL, Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da PUC de São Paulo.

discurso de aproximação entre os dois segmentos se faz de forma verdadeira, contudo, com certos distanciamentos (RAGO, 2001).

O movimento feminista tem como principal bandeira *as políticas do corpo*, ou seja, reivindica os direitos ao próprio corpo, reivindica o direito ao prazer sexual da mulher. E não tem como elemento fundamental a luta por direitos das mulheres homossexuais, o que é o caso dos movimentos LGBTTT¹⁹. Essa liberdade feminina defendida pelo feminismo, e reforçada pelo lesbianismo, questiona categorias de significação e explicação sociais amplamente aceitas, o que causa reações ao movimento feminista no Brasil (RAGO, 2001).

Neste sentido, se aprofundarmos as discussões desenvolvidas por Rago (2001) no tocante a essa problemáticas, poderíamos afirmar que esta, de certa maneira, atribui a “culpa” da estigmatização sofrida pelas feministas, às mulheres lésbicas que se enquadram em padrões fechados de um estereótipo lésbico (mulheres-macho). Pois, uma vez masculinizadas, esses “corpos femininos” se vestem de uma identidade - *que não as pertence* - que as levam a público, expondo-as a todo e qualquer tipo de “preconceito”. Neste sentido, a sociedade, não conseguindo diferenciar as feministas das lésbicas, generalizam em um tipo único as imagens que figuram tais sujeitos. Emergindo daí as estigmatizações e rótulos que se faz tão constantes na vida de mulheres feministas e lésbicas.

Ainda referente a essa questão do Lesbianismo caminhar por “territórios impenetráveis”, no campo do silêncio, Jacqueline Muniz em um texto intitulado *Homossexualidade: um-amor-que-não-diz-seu-nome* enfatiza o *não-dito* como algo incômodo (ameaça), mostrando que a homossexualidade feminina encontra-se numa região incógnita, apresentando-se como uma caixa de surpresa. Segundo a autora, a sociedade encara a homossexualidade como algo impensável, ou seja, ela é inexistente aos olhos do mundo. Segundo Muniz:

É dessa maneira que a homossexualidade feminina se põe no mundo. Como uma região incógnita, uma espécie de caixa de surpresa que suspeita do discurso que a veicula, o amor entre mulheres é capaz de disseminar perplexidade, seja quando parece optar pelo seu ruidoso silêncio, seja quando autoriza alguma tradução. Em ambos os casos, esse amor-que-não-ousa-dizer-o-nome aparece como alguma coisa que inteligível, não encontra correspondência na gramática sexual abrangente. Filha bastarda de uma sexualidade pouco afinada à sua voz, a homossexualidade feminina figura

¹⁹ Sigla do movimento homossexual contemporâneo no qual a letra “L” que representa o lesbianismo aparece como “principal” devido haver a necessidade de uma maior visibilidade de tal segmento dos homossexuais. Tal questão já serve de reforço para essa “invisibilidade” em torno das homossexuais femininas, que este trabalho discute, mostrando que é algo que foi construído historicamente, mas que ainda se faz muito presente na sociedade atual. Essa nova sigla engloba as diversas identidades homossexuais: Lésbicas, Gays, Bi-sexuais, Transexis, Trangêneros e Travestis.

como subterrânea e por vezes inexistente aos olhos do mundo e de si mesma. (MUNIZ, 2008. p. 1)²⁰

Esse fragmento reflete uma das grandes necessidades, e por que não dizer angústia, das mulheres que se “enquadram” ou se reconhecem enquanto homoafetivamente orientadas por outras mulheres: a ausência de um discurso próprio que fale por essas vozes que há tanto tem sido silenciadas. Essa “inexistência” aos olhos do mundo, na fala da autora, dar-nos a possibilidade de tal leitura, pois a concepção da existência de um relacionamento entre mulheres ainda perpassa o campo das grandes interrogações nas sociedades contemporâneas. A dificuldade de se enxergar tal relação afetiva e sexual entre mulheres está exatamente na prática de “subjugar” o falo a um papel dispensável. Ou seja, já não se faz necessário a “presença” do tido, até então, signo do desejo feminino – o falo. Para as lésbicas atuais, o prazer não se dá pela presença de uma figura masculina – ativa – e sim, de uma figura feminina “participativa” – busca pela sensibilidade das mulheres.

Essa “caixa de surpresas” que Muniz (2008) ressalta está ligada à idéia da invisibilidade, da inteligibilidade em torno da homossexualidade feminina: tudo aquilo que é novo nos causa espanto, admiração. E esse discurso, por ser algo que não se propaga com facilidade no meio social, ainda causa suspeita nos próprios membros (lésbicas) que este representa. Por isso, torna-se tão complexo o ato de “traduzir” o silêncio que perpassa tais discursos, uma vez que lidamos com leituras possíveis, e não com verdades concretas, pronunciadas. Trabalhamos com discursos dos discursos o que já traz uma carga de subjetividade muito forte inserida pelos autores que os interpretam.

Esse silêncio e essa invisibilidade que perpassam o homoerotismo feminino vem a mostrar-nos que existe uma necessidade de se abrir e desenvolver discussões a respeito do assunto, no cenário nacional, seja como forma de dar visibilidade à questão, seja para elencar diálogos que levem a sanar (pelo menos em parte) a questão da “aceitação” da homossexualidade dentro do campo social. Nesse mesmo sentido caminha a discussão desenvolvida por Denise Portinari (1989) na sua obra *O discurso da homossexualidade feminina* na qual ela apresenta a linguagem em torno da homossexualidade feminina como algo marginal, que se faz nos recantos e entrelinhas, ou seja, a construção de uma linguagem às sombras do discurso normatizado. Segundo ela, são nesses espaços implícitos onde o silêncio fala (PORTINARI, 1989).

²⁰ MUNIZ, Jacqueline. Homossexualidade: Um-amor-que-não-diz-seu-nome. Texto retirado da internet e que pode ser encontrado no endereço eletrônico: http://www.yararibeiro.com/palavras/jacqueline_muniz.htm. O texto foi extraído da internet no dia 18 de maio de 2008.

Nesse contexto, você deparar-se com o “diferente”, aceitar o “outro” com suas particularidades e conviver com as vicissitudes individuais é algo complexo de se conceber e é nesse sentido que Jacqueline Muniz desenvolve uma análise contextual a partir de um viés histórico, na busca por demonstrar que essa “invisibilidade” acerca do homoerotismo não é algo novo, mas que perpassa toda uma história. Enfim, mostra-nos que esse discurso do lesbianismo é uma narrativa que se constrói no silêncio incômodo e oculto. Uma “história” que se faz as margens da História.

Essa narrativa periférica, com caracteres “obscuros”, muitas vezes surge diante de nossos olhos com aspectos de novidade. Subterfúgios discursivos usados por uma nação que se apresenta “pós-moderna”. É nesse sentido que o artigo *Ser ou estar homossexual: dilemas de construção da identidade social*, de Maria Luiza Heilborn²¹ (1996), reflete acerca da questão do lesbianismo no Brasil. Defende que com a difusão da modernidade no Brasil houve uma maior abertura acerca da afirmação do homossexual no cenário nacional. (HEILBORN, 1996). A liberalização dos costumes, a publicização dos estilos de vida alternativos seriam fatores que apontariam para uma evolução acerca dos tradicionais costumes do Brasil.

Heilborn (1996) deixa meio que subentendido a idéia de uma fragilização do modelo tradicional, constatando uma inserção de elementos que possibilitam a difusão de um discurso homoerótico no país (Brasil). Assim, vê-se imergir o descortinamento de um novo quadro social, no qual é possível identificar novos códigos relativos à sexualidade. Daí, poder-se dizer que esses elementos discursivos de modernidade fincaram na sociedade brasileira aspectos que tocam a elaboração de “novas” identidades sexuais e uma maior “aceitabilidade” em torno das práticas sexuais “transversais”.

Surge uma nova publicização da questão da homoafetividade feminina no campo social, onde vemos encenar novos sujeitos que, enquadrando-se em um determinado universo de valores transcendente à orientação sexual, formulam novas roupagens da construção de suas identidades sexuais. Diante de sua abordagem Heilborn (1996) conclui afirmando que no mundo onde a constituição identitária é feita a partir do privilégio da dimensão erótica - onde a definição da identidade é baseada na orientação sexual – torna-se algo empobrecedor, e que necessita se rever alguns valores (HEILBORN, 1996).

²¹ Maria Luiza Heilborn é Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional, - UFRJ e Professora Adjunta do Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Sua área de investigação são estudos sobre gênero e sexualidade. Foi editora da coleção *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, Rio de Janeiro, Editora Zahar e *Revistas Estudos Feministas*, tendo publicado inúmeros artigos sobre essa temática.

Silvia Gomide (2007) reforça tal questão, inserindo problemáticas que se faz muito presentes no nosso cotidiano, mas que permanecem sem respostas. Nas palavras da autora repensamos certos valores quando ela suscita questões do tipo:

Se a homossexualidade é definida pela prática de sexo – acompanhada ou não de afeto – com alguém da mesma configuração sexual biológica, como essa característica pode se tornar uma identidade e ser exteriorizada? Como dizer ao mundo que “sou diferente” ou que pertencço a determinado grupo, se as práticas que definem esse grupo são privadas e subjetivas? O sexo é praticado – sob as penas da lei – na intimidade de quatro paredes, e o afeto e o sentimento subjetivo são impalpáveis. Como então estabelecer uma identidade para ser reconhecida por outros iguais, ou ainda, em muitos casos, como esconder essa identidade marginalizada socialmente, mas que de maneiras sutis teima em se revelar? (GOMIDE, 2007. p. 406).

Esse trecho elenca muitas das questões que pensamos ao longo de nosso trabalho e, de certa forma, reforça a idéia de silêncio e invisibilidade que vemos ao longo do texto discutido. Essa sutileza que a autora nos fala pode ser interpretada a partir da “ressignificação dos códigos da intimidade” desenvolvidos pela necessidade de se sentir pertencente e detentor de uma identidade. Essa criação de uma *gramática do silêncio*, desse “amor que não ousa dizer seu nome”, são formas que a autora destaca como elementos de “resistência” contrários a normatização heterossexista Ocidental.

Essa privacidade das práticas homossexuais que Gomide (2007) nos fala é algo que ainda é muito presente na nossa sociedade, pois, o que se observa é que cada vez mais está havendo uma separação dos espaços – lugares definidos e/ou definidores de determinados “grupos”. Não se vê nas ruas, bares, restaurantes, praças, casais homossexuais demonstrando afeto publicamente. O medo dos “olhares vigilantes” que condenam e marginalizam tais práticas sempre se fazem presentes como elementos inibidores. O afeto é praticado em segredo – cercado por paredes que os protege, as escondidas – como se algo de criminoso estivesse sendo cometido.

Analisando trabalhos que lançam-se a discutir a temática – homoafetividade feminina -, observamos que muitos têm trago consigo uma idéia que, na minha leitura, já vem com uma carga de negatividade muito forte, que é a questão da associação da homossexualidade à “explosão” da epidemia da AIDS. É inegável que o crescimento dos estudos acerca da homossexualidade tenha sido por causa da crescente epidemia de AIDS. Contudo, a ênfase de tal associação gera preconceitos qualificativos que enquadram os homossexuais enquanto “ameaças sociais”.

Artigos como *Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil* de João Bôsco Hora Góis (2004)²² e *Parentalidade e conjugalidade: as aparições no movimento homossexual*²³ (UZIEL et. al., 2006), remetem-se a estabelecer ligações entre o aumento da visibilidade homossexual no cenário social e a crescente epidemia da AIDS. Sendo essa questão apresentada de forma defensiva, observa-se que foi a partir dessa ligação que se impulsionou na sociedade a necessidade de estudos sobre a sexualidade e gênero, uma vez que muito pouco se tinha escrito a respeito. Segundo Góis (2004), os estudos acadêmicos acerca das temáticas eram escassos, pois os estudos sobre gênero eram vistos como escritas de segunda ordem, ou seja, havia uma visão “marginalizada” dos estudos que trabalham com sexualidade, homossexualidade e gênero no Brasil (GÓIS, 2004). Na década de 1990 com a epidemia da AIDS em alta, surge a necessidade de se estabelecer uma política de conscientização na população. É neste momento que observa-se um “boom” dos estudos sobre gênero e sexualidade (UZIEL et. al., 2006)²⁴. A partir daí muitos estudos vem sendo direcionados a preencher essa lacuna (GÓIS, 2004). Contudo, a questão da homossexualidade, em especial a feminina, tem deixado muito a desejar.

Ainda nesse sentido Marylúcia Mesquita²⁵ no texto *Orientação sexual: Experiência privada, opressão privada e pública – um desafio para os direitos humanos* traz em sua discussão um termo que foi e é muito utilizado pra denominar os homossexuais: “Grupo de risco”. Tal conceituação engendra no imaginário social um sentimento de repulsa aos homossexuais que, vistos enquanto ameaças em potencial, são marginalizados socialmente e

²² João Bosco Hora Góis é Professor Adjunto da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Pesquisador do CNPQ e da FAPERJ. (Coordenador do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social UFF)

²³ Trabalho desenvolvido por um grupo de pesquisadores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Gama Filho - Brasil Anna Paula Uziel; Igor Torres Oliveira Ferreira; Luciana Soares de Medeiros; Carlos Alexandre de Oliveira Antonio; Marcelo Tavares; Mariana Borges de Moraes; Rafael Andrade; Renata Seixas Machado.

²⁴ Anna Paula Uziel possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1988), graduação em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1991), mestrado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1996) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2002). É professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pesquisadora associada do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ). Seus principais campos de interesse são: Psicologia Jurídica e Sexualidade.

²⁵ Marylúcia Mesquita (DIVAS/LBL-PE)

escanteados do convívio social. Reforçando tal discurso, Teixeira Filho (2005)²⁶ reflete acerca da homofobia.

Tanto quanto a definição da homossexualidade, a definição e a manifestação da homofobia também variam conforme o contexto cultural. A homofobia pode se manifestar em qualquer tipo de forma específica de violência física, simbólica ou social contra os(as) homossexuais. E mais, “juntamente com a xenofobia, o racismo e o anti-semitismo, a homofobia é uma manifestação arbitrária que consiste em representar o outro como inferior ou anormal” (Eribon, 2003). (TEIXEIRA FILHO, 2005).

Essa “inferioridade” atribuída aos homossexuais causa grandes percalços na vida dessas pessoas que vivem as escondidas - negando sua sexualidade, seus desejos, muitas vezes, negando a si próprio – incorporando identidades heterossexuais em tentativas frustradas de sentir-se pertencentes ao grupo tido como “normal” pela sociedade.

Nessas tentativas por desvincular-se da imagem negativizada, os homossexuais tendem a assemelhar seus relacionamentos ao modelo heterossexual, uma vez que a visão que se tem de relações homoeróticas é que estas se constituem na promiscuidade, com práticas banalizadas - voltadas apenas para a satisfação do desejo carnal - sem que haja, necessariamente, o afeto.

Diante dessa análise que foi feita ao longo do primeiro capítulo, podemos concluir que as escritas em torno da homoafetividade feminina tem tido uma crescente desde a década de 1990, quando o movimento em defesa do direito a liberdade afetiva e sexual das mulheres ganhou propulsão no campo social. Sabendo-se que este caminho rumo à visibilidade da homoafetividade feminina no Brasil tem-se feito por caminhos árduos e tortuosos, os textos nos apresentam diversos “olhares” acerca da mesma, vislumbrando aspectos distintos, mas, que acabam por contribuir apenas no preenchimento de parte da “lacuna” existente na História da homossexualidade feminina no Brasil.

Algumas problemáticas são perceptíveis nos textos analisados, dentre elas podemos citar a assimilação de conceitos pertencentes aos grupos Gays que muitos autores se apropriam e referenciam as lésbicas com os mesmos conceitos e definições; outro aspecto é a questão de estudos que englobam pesquisas (entrevistas) com gays e lésbicas em um mesmo universo, o que, em muitos casos, termina por cair em generalizações, ou seja, conclusões

²⁶ Fernando Silva Teixeira Filho é professor doutor junto ao Departamento de Psicologia Clínica e Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho, Campos de Assis. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Sexualidade (GEPS). Pós-doutor pela Universidade Charles de Gaulle, em Lille, França. Membro fundador da ONG Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Sexualidades a qual visa desconstruir mitos e tabus ligados às diversidades sexuais e AIDS. É o orientador da pesquisadora responsável pela pesquisa ora apresentada.

acerca de movimento homossexual como se este se apresentasse da maneira uniforme – detentora de um único discurso ou de uma postura singular. Poderíamos ainda apontar certas “confusões conceituais” nas quais os autores não conseguem, ou não pretendem, fazer a distinção entre o movimento feminista e o movimento lésbico, muitas vezes, causando estranhamento de termos em quem os lê.

Quando me propus a pesquisar sobre as relações homoafetivas femininas foi por acreditar que muito tem a ser escrito ainda em torno dessa temática. Como pode ser observado, muitos pesquisadores brasileiros tem se dedicado a investigar à homossexualidade feminina, contudo, se relacionarmos, comparativamente, os estudos em torno das práticas homossexuais que envolvem homens, com as que envolvem mulheres, a quantidade em torno das práticas masculinas é bem maior, o que acaba por lhe dá uma maior visibilidade no cenário social.

Neste sentido, saio em defesa da necessidade de escrita de um discurso que se pautar na vivência dessas mulheres que são orientadas afetivamente e sexualmente por outras mulheres, uma vez que acredito que este serviria de elemento aglutinador dentro do movimento lésbico que reivindica “voz” na sociedade. Na luta contra o preconceito instituído ao longo da história, o discurso que fala de um lugar próprio dessas mulheres (lésbicas) lhes serviria de base para pleitear essa tão almejada e sofrida visibilidade.

Assim sendo, concluo fazendo uso das palavras do filósofo Michel Foucault que nos diz: *O importante não é uma história social ou uma psicologia focada nas atitudes sexuais, mas uma história da problematização desses comportamentos*²⁷. É neste sentido que se reivindica uma história pautada na vivência de mulheres, onde poder-se-ia estudar os comportamentos a partir da análise de suas histórias de vida, o que possibilitaria a percepção de elementos problematizantes que cercam a “descoberta” ou “identificação” das mulheres enquanto detentoras de uma identidade homossexual.

Essa pesquisa não tem a pretensão de escrever a História da homoafetividade feminina, apenas contribui com uma leitura acerca dos discursos que se fazem presentes em torno da temática. Busca-se identificar, dentre os vários discursos, aqueles que nos clarearam, tornaram possível, a visualização de elementos pertencentes a luta histórica das mulheres frente aos preconceitos e dificuldades impostos pelos tradicionais modelos de sociedade e cultura. Mulheres essas que imergiram de um lugar subjugado, marginalizado, e conquistaram o setor

²⁷ Esse fragmento é parte integrante do texto de Anna Paula Eziel na revista *Mente & Cérebro*. Para maiores esclarecimentos acerca da questão ver: “Outras formas de ser família”, in *Mente & Cérebro*. Ano XV, n. 185. São Paulo, junho de 2008, p. 57-63.

público. E que agora pleiteiam a visibilidade e a livre expressão corporal e sexual como metas a serem alcançadas.

2. A HOMOAFETIVIDADE FEMININA E SEU SILÊNCIO DESCONCERTANTE: ENTRE PRECONCEITOS, DESEJOS E REPRESENTAÇÕES.

Agora, neste segundo capítulo, partiremos por analisar a temática homoafetividade feminina, tomando como elemento de análise o filme *Desejo Proibido*, possibilitando um confronto entre as representações encenadas pelas três histórias representadas no filme e as discussões dos autores que trabalham em torno da temática.

Este trabalho não tem a pretensão de fazer uma análise do filme *Desejo Proibido* com todas as suas particularidades – contexto, áudio, cenário, personagens, narrativas, representações, etc. - nem tão pouco almeja uma discussão de teoria filmica. Intentamos por analisar a temática da qual o filme trata: o lesbianismo. Discutindo, a partir das representações que o filme *Desejo Proibido* traz, algumas problemáticas das quais os textos nos apresentaram. Assim, o filme será usado como uma das fontes passíveis de leitura que utilizaremos na escrita desse capítulo.

O capítulo será subdividido em três momentos nos quais analisaremos, em separado, cada história abordada pelo filme. Utilizando uma metodologia de narração de cada história – com a apresentação da problemática e percepções acerca da história apresentada, seguiremos com um entrelaçamento discursivo de passagens do filme com discussões teóricas acerca da problemática trabalhada em cada história. Assim se desenvolverá a análise da temática lesbianismo que o filme nos apresenta.

O filme *Desejo Proibido* apresenta-nos três histórias, representadas em um mesmo cenário, protagonizadas por mulheres em épocas distintas. Tendo como tema central o Lesbianismo, observamos que o filme trata com sensibilidade, retratando em cada história uma problemática diferente em relação ao tema central. Inicialmente, faz-se necessário uma breve análise da apresentação inicial do filme, onde este apresenta as histórias, diferenciando-as através de cores e imagens distintas.

A primeira história é representada pela cor preto e branco permeada por imagens de mulheres donas de casa e mulheres no mercado de trabalho, representando assim, a década de 1960 – período no qual as mulheres iniciam uma lenta inserção no mercado de trabalho. As imagens apresentam a dupla jornada de trabalho vivenciada por mulheres que ousaram adentrar no espaço público – que até então era território exclusivo e dominado pelos homens –

mostrando suas habilidades e capacidades de trabalhar fora do ambiente doméstico. Relativo a cor preto e branco, fizemos uma leitura voltada a simbolizar o período de “obscuridade” vivenciado pela homossexualidade feminina na década de 1960, onde o filme nos apresenta de forma emblemática o segredo e o silêncio como elementos dominantes nesta época, se tratando do lesbianismo.

A segunda história representa a década de 1970, quando o movimento feminista começa a ganhar visibilidade - adentrando assim, no setor público, reivindicando e defendendo o direito pelo espaço das mulheres na sociedade. Essa fase da história é apresentado por uma cor ocre – simbolizando, assim, o início da luta e conquistas do feminino. Neste momento, ainda não há um movimento articulado de luta em defesa da livre expressão sexual. A cor, representando as conquistas feministas, simboliza o início da luta por uma maior visibilidade. As imagens que são apresentadas neste momento são de mulheres (feministas) em passeatas pelas ruas, com cartazes e bandeiras, marchando na luta por seu espaço - representando a caminhada feminista rumo à visibilidade e conquista de direitos na luta por “igualdade” entre os sexos.

A terceira e última história apresentada pelo filme traz cores fortes e múltiplas através do arco-íris – símbolo do movimento em defesa da homossexualidade (LGBTTT). As imagens são de casais homossexuais felizes, com demonstrações de afeto em público. Essas representações imagéticas retratam o período do ano de 2000, no qual se tem uma maior visibilidade em torno do movimento homossexual devido a mobilização e organização de grupos que lutam por direitos “igualitários” entre homossexuais e heterossexuais. Essa visibilidade representaria o colorido das imagens. Em relação aos casais apresentados nas imagens esses trazem uma leitura particular, levando-nos a pensar, de maneira utópica, que houve uma conquista da homoparentalidade²⁸ e homoconjugalidade por parte dos homossexuais, o que ainda não é uma realidade.

Apresentado as chamadas iniciais do filme *Desejo Proibido*, partiremos por analisar, em separado, cada história que este nos apresenta, destacando as particularidade representadas por cada uma.

FICHA TÉCNICA – DESEJO PROIBIDO

Título Original: *If The Walls Could Talk 2*

Gênero: *Drama*

²⁸ O termo homoparentalidade é tradução do francês *homoparentalité*, cunhado em 1997 pela Association des Parents et Futurs Parents Gays et Lesbiens (APGL) em Paris. Designa situação familiar em que, no mínimo, o pai ou a mãe se assume homossexual.

Tempo de Duração: *96 minutos*

Ano de Lançamento (EUA): *2000*

Estúdio: *HBO / Team Todd*

Distribuição: *HBO*

Direção: *Jane Anderson, Martha Coolidge e Anne Heche*

Roteiro: *Jane Anderson, Anne Heche, Alex Sichel e Sylvia Sichel*

Produção: *Mary Kane*

Música: *Basil Poledouris*

Fotografia: *Peter Deming, Paul Elliott e Robbie Greenberg*

Desenho de Produção: *Nina Ruscio*

Figurino: *Julia Caston*

Edição: *Margaret Goodspeed e Priscilla Nedd-Friendly*

ELENCO:

Vanessa Redgrave (Edith Tree)

Marian Seldes (Abby Hedley)

Jenny O'Hara (Marge Carpenter)

Marley McClean (Maggie Hedley)

Paul Giamatti (Ted Hedley)

Donald Elson (Sam)

Elizabeth Perkins (Alice Hedley)

Chloë Sevigny (Amy)

Michelle Williams (Linda)

Natasha Lyonne (Jeanne)

Nia Long (Karen)

Heather McComb (Diane)

Amy Carlson (Michelle)

Sharon Stone (Fran)

Ellen DeGeneres (Kal)

Regina King (Allie)

Kathy Najimy (Doutora)

Mitchell Anderson (Arnold)

George Newbern (Tom)



Capa do filme Desejo Proibido (If The Walls Could Talk 2)

2.1 AMOR ENTRE “ELAS”: MARCAS DE UMA HISTÓRIA EM SILÊNCIO

*Não se afobe não que nada é pra já
O amor não tem pressa ele pode esperar em silêncio
Num fundo de armário, na posta-restante
Milênios, milênios no ar*
Futuros Amantes – Chico Buarque - 1993

Primeira história

A primeira história que o filme *Desejo Proibido* nos apresenta é representada contextualmente pelo ano de 1961. Inicia-se em uma sala de cinema, na qual está sendo exibido um filme de temática lésbica. Nas poltronas, um casal de senhoras Abbi (Marian Seldes) e Edith (Vanessa Redgrave) assistem, atenciosamente, a cada simbologia alusiva em torno do amor entre mulheres que o filme apresenta.

A história gira em torno de Abbi e Edith, amigas de longa data e que há décadas dividem o mesmo teto, a mesma cama, um mesmo afeto. Vigiadas pelos olhares atentos de jovens presentes no cinema, Edith e Abbi recolhem-se a uma inibida demonstração de carinho uma para com outra. Para a sociedade são apenas amigas. O medo do julgamento alheio e a exclusão social fazem com que essas mulheres vivenciem, por mais de trinta anos, um amor em segredo. Representações essas que lhes garante um lugar na sociedade da época.

No cinema (lugar público) seus sentimentos são camuflados, reprimidos, inibidos. Mas, é no ambiente doméstico (residência) que Edith e Abbi afloram toda uma intimidade ocultada, silenciada, e apresentam toda uma preocupação sentimental com o bem estar uma da outra. Intimidade esta que foi sendo construída ao longo dos anos. A encenação de uma relação homoconjugal é apresentada nessa primeira história, contudo, apresenta-se apenas “aos olhos” de quem a vivencia: Edith e Abbi. Aos outros personagens, a imagem perpassada é de duas senhoras, solteiras, que compartilham uma da companhia da outra.

Entre quatro paredes o afeto entre elas é explícito, e trabalhado com muita sensibilidade no filme. Vivendo um amor em segredo as duas resguardam-se do preconceito. Tudo estava bem nas vidas de Abbi e Edith, até que uma fatalidade muda o rumo de suas histórias e apresenta-nos as dificuldades de “ser” homossexual naquela época.

Abbi - uma mulher apaixonada por aves tem no quintal uma casa de pássaros onde ela alimenta e trata de aves, dedicando-lhes atenção e carinho – sofre uma queda da escada enquanto observava as aves. Levada para o hospital por Edith – eterna amiga e amante –

perde a vida, sozinha. Na sala de espera do hospital, Edith sofre com a falta de notícias sobre Abbi. Insistentemente recorre às enfermeiras em busca de informações, mas, faltava-lhe algo que impedia que esta se fizesse presente junto a Abbi: a parentalidade. Edith apresentou-se no hospital como amiga de Abbi o que não lhe qualificava apta a ser acompanhante dela uma vez que, *fora do horário de visitas, só familiares podem permanecer junto aos pacientes*. Edith não era parente. Não poderia se dizer companheira, amante, cônjuge de Abbi, pois o peso da exposição em declarar-se homossexual era algo que ela não suportaria carregar. Resguardando-se no silêncio, Edith aguarda aflita por notícias que nunca chegam. Adormece na espera, e acorda na agonia: Abbi já não se encontrava mais viva. A dor rasga-lhe o peito. E, mesmo diante da perda, mantém-se oculta a dor de um amor perdido. Desolada, ela enfrenta as dificuldades de não ser “parte da família” de Abbi, não podendo, assim, despedir-se da sua amiga, amada e companheira que por mais de trinta anos conviveram juntas.

O retorno ao lar é doloroso, vazio, recoberto de uma ausência que não mais se preencherá. E ela chora... Chora pela perda da pessoa que até então tinha sido sua fortaleza, sua fonte de admiração e amor. A queda de Abbi representou não apenas a sua morte, mas a morte espiritual de Edith, que perde a autonomia que com sacrifício conquistaram.

No quarto, ainda sobre a cama, encontra-se entendido o pijama de Abbi. Edith deita-se ao lado dele, como que em forma de despedida, de um último adeus. Como se buscasse forças para enfrentar o desafio de viver sem ela. Refeita emocionalmente, Edith avisa a Ted (Paul Giamatti), sobrinho de Abbi, sobre o falecimento de sua tia. Avisado, Ted assume a responsabilidade sobre o corpo de Abbi.

Enquanto aguarda a chegada da família de Abbi, Edith “prepara” a casa, apagando as “marcas do amor entre elas” que se faziam presentes por todo o ambiente da mesma. Cada porta retrato retirado deixa um vazio, não apenas visual, mas um vazio sentimental que Edith camufla, esconde, oculta os símbolos de um amor que jamais ousou-se revelar. Os espaços são separados, as imagens ocultadas. Resumida dentro de uma caixa, a história de amor de Edith e Abbi é escondida dos olhos dos “outros”. Posta sob a cama fria e solitária que Edith ocupava, o lençol os protegia, os resguardava. Era o fim! Ao longo das paredes as imagens já não contavam a história desse amor. Restavam apenas espaços vazios, secretos, alheios aos olhares questionadores daqueles que não tinham conhecimento daquela relação, daquele amor.

Após o enterro, Edith, diante dos herdeiros de Abbi, tem-lhe arrancado das mãos o último suspiro de autonomia: o lar. A falta de documentos que comprovassem que a casa tinha sido comprada em parceria entre as duas, a deixa sem direitos sobre o imóvel. Ted é

herdeiro legal de Abbi, relegando a Edith apenas uma “compensação” com a futura venda da casa. Edith vê sua vida sendo espedaçada a cada parte da casa que lhe é retirada: os objetos, lembranças, recordações.

Sozinha e desamparada frente à lei, Edith sofre com o silêncio dolorido do amor que se foi e vê-se negada a sua tentativa de permanecer no lugar onde vivera momentos de profunda felicidade e amor com Abbi. E assim se finda essa comovente história, com o vazio da casa – representando o coração de Edith e a voz tênue e solitária desta que, mergulhada em sua dor, despede-se de Abbi com uma frase de afeto: *Boa noite, querida, eu te amo.*

* * *

Como pode ser observada, a primeira história do filme *Desejo Proibido*, no tocante ao seu tema central – lesbianismo –, nos apresenta uma problemática que se insere na ordem do dia: a homoparentalidade. As passagens do filme com seus diálogos e imagens representam uma história de duas mulheres que conviveram, amorosamente, por mais de trinta anos uma com a outra. História baseada no silêncio, que se utiliza de elementos lingüísticos dissimulados, atribuindo a parceria amorosa entre elas *status* de amizade. *A falta da legalização da união civil entre pessoas do mesmo sexo acaba por levar as mulheres lésbicas a atribuírem várias designações às suas parceiras utilizando denominações características das relações heterossexuais.* (OLIVEIRA, p. 2).

O medo de assumir-se perante o outro determina os destinos de muitas mulheres homossexuais que, silenciadas por toda uma história, caminham nas margens, fugindo do olhar preconceituoso, taxativo, rotulador. Essa primeira história trabalha com inteligência e sensibilidade a questão do silêncio em torno da homossexualidade feminina destacando a descrição e o recato como elementos fundamentais na convivência de longa data entre Abbi e Edith. Neste sentido Muniz (2008) é emblemática ao afirmar que:

Ainda que o amor entre mulheres suscite comentários e reflexões provindos das “bocas pequenas” e dos “buchichos” que animam o nosso dia a dia, não se pode negar que suas visitas à linguagem se revestem de recato e discrição. Ora, frequentemente, a homossexualidade feminina é interpretada como alguma coisa sigilosa ou mesmo invisível. Principalmente quando contrastada com a reconhecida visibilidade do universo homossexual masculino. (MUNIZ, 2008, p. 2)

O preconceito paira por sobre a sociedade que, tendo como modelo normatizado a família nuclear heterossexual, renega qualquer outra forma de se conceber família. A história representada por Edith e Abbi demonstra o quanto era, e ainda é, difícil assumir-se

homossexual. Na luta, não por uma visibilidade, mas sim por uma ocultação, essas duas mulheres fazem de seu lar o recanto ímpar de explicitação de um amor que não existe ao olhar público.

O preconceito torna-se um importante desafio/enfrentamento fazendo com que, muitas vezes, estas mulheres vivenciem uma invisibilidade lésbica. Como cita a Pedagoga Rosane Godoy (1997, p. 100)! "As lésbicas vivem homoeroticamente no 'pacto do silêncio' e na clandestinidade, contingência do fato de estarem inseridas numa sociedade hegemonicamente patriarcal e heterossexual". (OLIVEIRA, p. 5)

A não declaração pública traz o status de "normalidade" para a relação de "amizade" entre Edith e Abbi, contudo, lhes causa transtornos, uma vez que a sociedade da época (1961) não concebia a idéia de duas mulheres poderem se amar e constituírem família. A prática do sexo não-heterossexual era vista como anormal e encarada enquanto ato criminoso, pois ia de encontro a moral heteronormativa ocidental e a religião.

Essa discussão advinda da história dessas duas mulheres elenca uma problemática que se faz presente ainda hoje em nosso cotidiano: outras formas de ser família. O debate sobre a definição do que é ser família ganha espaço na sociedade atual²⁹, levando muitos pesquisadores a inserir-se neste campo de pesquisa na busca por "atribuir respostas" as questões que surgem com as reivindicações desses "novos" casais que lutam por seu espaço e direitos legais.

Nesse sentido podemos observar que Anna Paula Uziel (2006) nos traz grande contribuição ao afirmar que existe uma necessidade vigente de se "refazer" o conceito de família uma vez que a definição já não abarca todas as relações que vêm surgindo ao longo dos anos. Contudo, ela é enfática ao afirmar que o discurso predominante ainda é o da normalidade, ou seja, heterossexualidade.

A família está em desordem, diz Elizabeth Roudinesco (2003). Hoje, cada vez mais novos arranjos familiares se impõem à sociedade, permitindo uma certa desnaturalização do conceito de família. As relações de afeto cada vez mais se sobrepõem ao fator biológico. Entretanto, o discurso que ainda predomina no campo do direito, enquanto legitimador desses novos arranjos familiares, é o da "normalidade". E é nesse contexto que a homossexualidade aparece à parte da norma. (UZIEL, 2006. p. 214)

Muitas são as questões levantadas por essa história de *um amor que não ousou dizer seu nome*, mas, que se fez presente por mais de trinta anos na vida de duas mulheres que

²⁹ A constituição Federal reconhece como entidade familiar apenas a união entre um homem e uma mulher ou a comunidade formada por qualquer dos pais e seu descendentes. Se por um lado não impõe mais o casamento, por outro ainda restringe à existência de dois sexos diferentes para o reconhecimento de um casal, ainda que alguns juristas façam valer a contradição legal existente e encontrem brechas na lei para considerar o par do mesmo sexo como entidade familiar.

quebraram barreiras e sobreviveram em meio a uma sociedade tradicional. O tema central dessa primeira história é a homoparentalidade e a homoconjugalidade. Logo no início do filme, após a queda de Abbi da escada, descortina-se um cenário de extrema dramaticidade e frustração para Edith. Esta não sendo reconhecida legalmente enquanto “companheira” de Abbi, é posta à parte pelo hospital, não podendo acompanhar a sua amada nos seus momentos finais de vida.

Esse drama enfrentado por Edith ainda é algo que encontra-se vivo na sociedade atual, uma vez que não sanamos essas questões de direitos a conjugalidade³⁰ e a parentalidade a casais formados por pessoas do mesmo sexo. Durante toda a angustiada espera de Edith por notícias de Abbi observamos que um discurso se fez bastante presente: o parentesco desta com a companheira. Edith não poderia assumir que era “mulher” de Abbi, então, declara-se amiga, o que a torna inapta a permanecer enquanto acompanhante da paciente. Como a enfermeira enfatiza: *Só membros da família podem ficar fora do horário...*

No tocante a questão da necessidade de visualização para que se possa ter “direitos”, Uziel (2006) afirma que:

Para que tenham seus direitos civis reconhecidos, os homossexuais precisam tornar-se visíveis no espaço público. Em contrapartida, esse reconhecimento baseia-se na construção de uma identidade que contrapõe o padrão heteronormativo (normalidade), associando a homossexualidade aos campos da doença, desvio, pecado, submissão, crime (anormalidade). Segundo Andrade (2002, f. 25), as identidades sempre se constituem “em relação a”. Nesse sentido, assumir a homossexualidade seria, ao mesmo tempo, uma necessidade e uma dificuldade. (UZIEL, 2006. p. 208)

Neste sentido, uma reflexão é válida: é possível afirmar que a visibilidade é um atributo necessário a obtenção de direitos civis pelos homossexuais, uma vez que hoje temos uma maior “abertura” ao movimento em defesa da homossexualidade, contudo, ainda são negados muitos dos direitos que casais heterossexuais têm? Vivemos em uma sociedade que autoriza o preconceito, não combatendo os seus descasos. A falta de uma política que auxilie os homossexuais deixa-os a revelia, alheios a sociedade. E a ausência de uma proteção legal, permite que estes sofram com a violência (física e psicológica), sujeitando-se a viver na clandestinidade, buscando brechas nas leis que lhes possibilite uma posição social digna.

Segundo uma série de estudos (Lehman, no prelo; Walsh, 1996), o preconceito sexual, tanto institucionalizado quanto internalizado, afeta sobremaneira a dinâmica da conjugalidade entre casais homossexuais. Primeiramente, devido à falta de proteção legal para parceiros do mesmo sexo e suas famílias, estes indivíduos não têm assegurados direitos civis

³⁰ Acerca da conjugalidade ver: MOTT, Luis. Homo-afetividade e direitos humanos. UFBA.

semelhantes aos estipulados a casais heterossexuais: direito à herança, partilha de bens, declaração conjunta de renda, inclusão do parceiro como dependente em planos de saúde e previdência, aquisição de nacionalidade (caso o parceiro seja estrangeiro), adoção, dentre outros (Gwercman, 2004). (NUNAN, 2007. p. 49).

Esse fragmento de texto de Nunan (2007) reflete algo que esta primeira história do filme nos apresenta: a ausência de direitos civis aos casais homossexuais. Após a morte de Abbi, Edith vê-se obrigada a reprimir seus sentimentos, ocultar as marcas de um amor que vivera com Abbi e silenciar-se diante da família da amada. Não tendo como comprovar sua participação na aquisição dos bens, Edith vê-se abstraída do lugar que há tanto servira de esconderijo e proteção para um amor puro e verdadeiro que vivenciara com Abbi. Agora, restava-lhe apenas as lembranças, guardadas sob a cama.

O amor entre essas duas mulheres é baseado na igualdade, na não competição. Relação singular, elas vislumbram a vitória por ter quebrado barreiras, mesmo que silenciosamente, em seu recanto particular. Criaram suas regras de convivência, respeitaram-se, e diante da ausência de validação social, viveram sob um *pacto de silêncio* que as protegia e lhes dava autonomia pra “enfrentar” o preconceito.

A primeira história encerra-se, deixando muitos questionamentos e discussões no tocante a problemas históricos que ainda se fazem presentes nas sociedades atuais. Como é perceptível, a nossa sociedade ainda resguarda em sua essência muito do modelo tradicional. Apresentando preconceitos de forma velada, continuamos a renegar os homossexuais lugares secundários, não lhes conferindo direitos sociais, nem tão pouco possibilitando que este viva em harmonia no setor público. A impossibilidade imposta por lei de constituição de família por casais homossexuais ainda é um debate que tem-se feito presente atualmente, porém, a falta de incentivo político e de uma maior organização e unificação do movimentos em defesa da livre expressão sexual, tem feito com que projetos que visam auxiliar nessa questão sejam derrotados no congresso. O preconceito ainda é muito forte mas, como diz Facco (2004) *O preconceito só dói quando é contra nós.*

* * *

2.2 “SER” OU “ESTAR” HOMOSSEXUAL: DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS DE UMA IDENTIDADE RESSIGNIFICADA.

*Tudo aqui quer me revelar
 Minha letra, minha roupa, meu paladar
 O que eu não digo, o que eu afirmo
 Onde eu gosto de ficar
 Quando amanheço, quando me esqueço
 Quando morro de medo do mar
 Tudo aqui
 Quer me revelar
 Unhas roídas
 Ausências, visitas
 Cores na sala de estar
 O que eu procuro
 O que eu rejeito
 O que eu nunca vou recusar
 Tudo em mim quer me revelar
 Meu grito, meu beijo
 Meu jeito de desejar
 O que me preocupa, o que me ajuda
 O que eu escolho pra amar
 Quando amanheço, quando me esqueço
 Quando morro de medo do mar
Me Revelar – Zélia Duncan e Christian Oyens*

Segunda História

O período dessa história data-se de 1972 – período no qual o movimento feminista começa a ganhar força no setor público. A luta por igualdade entre os sexos ganha voz e as mulheres, aos poucos, vão conquistando espaço no setor que até então era dominado pela figura masculina – o mercado de trabalho.

A história gira em torno de um grupo de quatro universitárias (feministas e lésbicas), que enfrentam uma sociedade que não aceita suas orientações sexuais dissonantes da “normalidade”. Linda (Michelle Williams), Jeanne (Natasha Lyonne), Karen (Nia Long) e Michelle (Amy Carlson), juntamente com Diana (Heather McComb), são fundadoras de um grupo feminista universitário que lutam, dentro do campus e na sociedade, por uma maior difusão da imagem feminina e por direitos igualitários entre homens e mulheres. Diana - líder do grupo feminista - em conjunto com os demais membros do grupo, decidem por excluir as quatro garotas lésbicas, uma vez que as “prioridades” destas não estavam de acordo com as do grupo feminista.

Na falta de apoio da universidade, o grupo feminista abstrai de sua corporação as “personagens” que causavam o desconforto perante os outros: as lésbicas. As feministas sentiam a necessidade de *deixar claro o que eram*, as suas prioridades, o seu foco de luta – para que estas não fossem confundidas com homossexuais. Naquele momento não havia espaço para um debate em torno da liberdade sexual - não havia apoio.

Revoltadas, sentindo o peso do preconceito por sobre as costas, Linda, Jeanne, Karen e Michelle decidem por fundar um grupo de lésbicas feministas, no qual elas poderiam dar voz aos seus anseios, questionamentos, angústias - inserir nas discussões a luta pela conquista da liberdade de expressão sexual. Tomadas por uma autonomia, essas garotas vivenciam uma liberdade singular: perpassavam por espaços múltiplos, engendrados por elementos de luta, revolta, liberdade, ansiedade, dúvidas.

Excluídas, elas buscam lugares de “auto-conhecimento” – espaços gays. Movidas por um sentimento de “identificação com o igual” essas garotas adentram em “universos fechados” – espaços delimitados por requisitos particulares: a necessidade de reconhecimento e aceitação de ser aquilo que é. É nesse espaço de simbologia lésbica que o filme apresenta o preconceito dentro dos próprios membros do movimento homossexual. Em um ambiente tomado por corpos femininos, travestidos por vestimentas masculinas, encena-se o típico binário heterossexual: presença do masculino e do feminino. As garotas sentem-se deslocadas perante os estereótipos representativos que se faziam presentes no bar. A crítica, as risadas em torno das mulheres masculinizadas se fez presente na mesa que elas ocupavam. Elas eram lésbicas, mas, por muito tempo estiveram engajadas no movimento feminista, o que moldou seus comportamentos, modos, e vestimentas. Na luta por desvincular-se dessa imagem de que lésbica é sinônimo de masculino, essas garotas estranham o “igual”.

Não se identificando com o ambiente elas decidem por ir embora do bar. Porém, Linda, a mais ousada de todas, decide ficar e apreciar mais um pouco dessa nova experiência. A sua permanência tem um motivo particular: Amy (Chloe Sevigny). Linda conhecera Amy no balcão do bar onde trocara algumas poucas palavras. O interesse entre elas era visível. Após a saída das amigas de Linda, Amy se aproxima da mesa de Linda e a tira para dançar. Ali começara uma nova fase na vida de Linda – cheia de experiências novas, ressignificações, questionamentos - um novo olhar sobre si mesma.

Essa aproximação atrativa entre Linda e Amy ainda se fazia muito subjetiva, dotada de questionamentos e estranhamentos. Linda não “aceitava” ou não entendia o comportamento de Amy. Esse sentimento de estranhamento desperta em Linda uma dupla sensação: o medo e a curiosidade. Medo do julgamento das amigas e da sociedade que não aceitariam o fato dela

se relacionar com uma mulher que se veste como homem; e a curiosidade de saber como é viver em uma sociedade preconceituosa, travestida por uma identidade dissonante da sua e mesmo assim enfrentar a tudo e a todos em defesa daquilo em que acredita. Isso é aceitar-se!

Fim de noite, Amy leva Linda em sua moto para casa. Despede-se com um beijo rápido e combina de retornar no outro dia pra pegar a camisa que emprestara a Linda pra que esta se protegesse do frio. No outro dia, após retornar da universidade com as amigas, Linda depara-se com Diane em sua casa. Ela viera se desculpar por ter se afastado do grupo feminista e estas, ainda ressentidas, lhe dizem que vão criar um grupo de lésbicas. Diane pede a compreensão destas. Em meio à discussão, Amy chega e um clima de constrangimento toma conta do ambiente – Linda esquecera que tinha combinado com Amy... que vai embora. Linda é criticada pelas amigas que a culpa por não serem aceitas no grupo feminista.

Em seu quarto Linda fica desolada. Consolada por Jeanne, esta afirma não entender como Linda pode estar gostando de uma mulher que se veste de homem uma vez que elas lutaram tanto pra quebrarem essas regras. Em meio a conversa Linda demonstra sua admiração por Amy, defendendo-a dizendo que *ela não precisa que lhe digam quem ela é... que ela sabe* (aceitação).

Linda vai até a casa de Amy na tentativa de desculpar-se pela maneira como agira diante das amigas. O mal entendido é desfeito. As duas conversam, se beijam e se amam. Pela manhã as duas se preparam pra ir tomar café fora de casa, mas, uma dúvida pairava por sobre a cabeça de Linda naquele momento: quais os lugares delas naquela relação, quais os papéis que representavam? Linda se coloca no lugar do feminino, delimitando a Amy o lugar do masculino. Esse mal estar de questionamentos provoca a revolta de Amy que diz a Linda que não é homem, que suas roupas não definem quem ela é ou aquilo que ela é. Apenas se sente à vontade vestida daquela forma. Linda não compreende como uma mulher, vestida de homem, possa pensar em si como mulher. Esse desentendimento passageiro cria um clima tenso entre elas. Mas nada muito sério.

Amy vai jantar na casa de Linda. Em um ambiente estranho a ela, Amy sente a mesma sensação de estranhamento que as garotas sentiram no bar gay. Ela sente-se observada, analisada, confrontada. Linda serve de intermédio entre as amigas e Amy – tentativa de amenizar a situação. O jantar se vai, e com ele ver-se ir a cordialidade que até então as amigas de Linda estava tendo com Amy. Elas assumem uma postura de questionamento sobre Amy – no tocante a sua forma de agir e de se vestir. Brincam com seu visual. Irritada, Amy vai embora, carregando consigo a sensação de “vergonha” que Linda e as amigas sentem a seu respeito. Linda, inconformada, não acredita na atitude das amigas. Briga com as

companheiras, renegando as suas atitudes perante Amy e diz que estas *agem daquela forma por sentirem medo de que não sejam semelhantes a elas*.

O filme encerra-se com Linda partindo ao encontro de Amy na busca pelo perdão. Amy a recebe e surpreende-se com as declarações que esta lhe faz. Linda diz que nunca sentiu vergonha dela, mas sim de si, por não conseguir encontrar-se ou aceitar-se enquanto homossexual. Afirma que a admira por enxergar nela alguém forte, determinada, que assume aquilo que é sem que ninguém lhe diga o que ela deveria ser. Amy era apenas aquilo que acreditava ser. A todo tempo Linda buscou um “lugar” de identificação com o seu “eu”, e é em Amy que esta o encontra. Olhando-se fixamente as duas são miradas pelo olhar curioso de um vizinho que as observa atentamente. Não incomodadas com o insistente olhar do vizinho, elas se beijam e declaram ao “mundo” o seu desejo, o seu amor.

* * *

Essa segunda história reflete tensões em torno da temática central, lesbianismo, focando a crise de identidades lésbica em garotas na década de 1970. O período é atravessado por discussões quanto ao direito das mulheres na sociedade quanto à igualdade entre os sexos. Em meio a esse turbilhão de “novas” propostas para definição de um cenário público igualitário, entre figuras femininas e masculinas, vê-se surgir a necessidade de conceitos que abarquem esses “novos” sujeitos sociais advindos com a “revolução” feminista.

Essa necessidade latente de se fazer ouvir os direitos das mulheres é trabalhada no filme como algo secundário. A grande questão que se encena nessa segunda história é a crise de identidades lésbicas, os desafios e enfrentamentos de mulheres que buscam um lugar de fala em uma sociedade fechada. Poder-se-ia dizer ainda, que é a luta por redefinições ou quebra de paradigmas em torno das identidades “construídas” ao longo da História. As personagens Amy (Chloe Sevigny) e Linda (Michelle Williams) refletem dois modelos de identidades distintos: Amy representando o modelo tradicional – revestida por um estereótipo masculino, e Linda representando a renovação identitária lésbica, que mostra a renovação de posturas e apresentação de uma imagem feminina desregrada e livre de padrões definidores de sua “identidade”.

A segunda história trabalhada no filme *Desejo Proibido* lança-se a caminhar por uma tênue linha divisória entre o continuísmo e a renovação. Uma vez afirmado isso, podemos dizer que os diálogos entre as personagens são dotados de uma carga discursiva muito forte: o preconceito, as dúvidas, a deslegitimação do lesbianismo frente ao feminismo, a não aceitação

do “eu” e do “outro”, são elementos que pertencem ao “universo lésbico” trabalhado pelo filme e que nos leva a refletir sobre essas velhas/atuais questões.

Entrelaçando a análise do tema lesbianismo – apresentada pelo filme *Desejo Proibido* – com as discussões de estudiosos da área, podemos ter uma noção de como se identificam essas “antigas” problemáticas dentro de nossa sociedade. Essas “crises identitárias” vivenciada por mulheres lésbicas ainda se fazem presentes no nosso cotidiano. Isso é possível de ser afirmado uma vez que na fala de pesquisadores da contemporaneidade lésbica, observamos a permanências de discussões em torno da mesma questão: a não definição de identidades fixas – determinadas por uma estética comportamental una.

A criação de corpos sexuados, a instalação de diferenças e de espaços de exclusão afirmam uma normalidade que apaga o múltiplo e naturaliza o binário. O apparatus de construção do corpo enquanto significante geral do ser define as fronteiras do sexo biológico no qual não nos desfazemos sem ameaçar a ordem instituída. (SWAIN, 1999. p. 118)

Tomando o filme como um dos objetos norteadores de nosso estudos vemos que este trabalha com inteligência a questão da masculinização dos corpos femininos em ambientes delimitados – bares gays “*guetos*”. Essa busca por identificação com o “igual” é encenado por garotas que acreditam saber aquilo que são, que combatem o preconceito, mas, trazem dentro de si dúvidas sobre sua própria identidade e preconceitos contra o próprio movimento do qual fazem parte. Esse reflexo de corpos femininos, travestidos de masculino, é engendrado de dicotomias e não aceitações dentro do movimento lésbico uma vez que acreditam que esses “modelos regradados” já fazem parte de um passado longínquo.

Os espaços transitórios entre as personagens do filme apresenta-se visível uma vez que sempre se observa a separação por grupos. O encontro das garotas lésbicas com o “outro lado do lesbianismo – bar gay” lhes causa espanto e ao mesmo tempo estranhamento. Não aceitam-se enquanto “iguais” àquelas mulheres. Não entendem que dentro de um mesmo movimento podem existir múltiplas formas de identificação. Essa dupla reprodução imagética do “ser” lésbica trazida pelo filme é reforçado pela fala de Swain (1999) que nos dá uma explicação acerca das práticas definidoras de tal identidade e quais as questões que se inserem na discussão heterossexualidade/homossexualidade. Assim nos fala Swain:

Não é possível esquecer a frase de Witting: “uma lésbica não é uma mulher”, definição em negativo, *locus* maior de resistência ao patriarcado. Mas esta própria designação supõe um quadro epistemológico que coloca o lesbianismo num conjunto de práticas cuja referência axial é a sexualidade e o sexo. A visibilidade lésbica, as maneiras de se vestir, de ser diferente, de sublinhar uma singularidade não fazem senão internalizar a ordem binária na medida que expõe uma diferença e a diferença supõe um modelo. Assim, a questão espinhosa de “sair do armário”, de “ser ou não ser” não se coloca

que se a heterossexualidade é obrigatória e que a homoliga sexo/gênero, sexualidade/desejo define a normalidade em sua exata correspondência. (SWAIN, 1999. p. 117)

Essa exposição de modelos de identidades que têm no sexo e/ou na sexualidade os seus elementos definidores é uma questão que ainda insiste em se fazer presente na nossa sociedade. A delimitação por espaços, separação dos “diferentes”, faz com que haja uma remodelação do setor público com ambientes voltados para os tipos *afins*. O reconhecimento do seu “igual” através de espaços pré-determinados para “grupos distintos” tem crescido cada vez mais, buscando dá uma visibilidade e ao mesmo tempo proteção aos frequentadores de ambientes gays.

Portanto a territorialidade homosocial desenha não um mundo escondido, mas semi-apagado, insinuado, “superposto” nos espaços comuns da cidade. O que o faz destacar a leitura dos signos que o revelam, distribuídos nas redes de homosocialidade. Trata-se portanto de destacar a função dinâmogênica desempenhada pela amizade, pelas redes de amigos, com seus comércios de afeto e sociabilidade, que são fundamentais na re-criação da geografia da cidade, na medida em que abrem o transito a esses espaços de homosocialidade e possibilitam uma passarela para essa “outra cidade”, num comércio que faz aparecer os invisíveis do espaço urbano... (PAIVA, 2007. p. 38)

Essa insistente necessidade de tentar enquadrar os casais homossexuais em um padrão heterossexual faz com que determinem-se papéis, buscando a identificação do masculino e do feminino. Essa reprodução de uma heterossexualidade, pautada no binário (homem/mulher) faz com que haja uma certa confusão de papéis. Silvia Gomide (2007), utilizando-se do pensamento de Witting, é enfática ao afirmar que:

“Para o pensamento heterossexual, a homossexualidade não passa de heterossexualidade”, continua Witting. Basta ver a incansável busca da sociedade em geral por saber quem faz os papéis de “homem” ou “mulher” nos casais lésbicos e gays. A sociedade hétero está baseada na necessidade – em todos os níveis – de diferentes/outros e, neste sentido, oprime muitos diferentes deste modelo: todas as mulheres e muitas categorias de homens (Wittig, 1992: 28). (GOMIDE, 2007. p. 412).

Diante da história encenada por Amy, Linda, Jeanne, Michelle e Karen, juntamente com as contribuições discursivas dos autores aqui utilizados, podemos dizer que essa delimitação de papéis, determinação de padrões que classificam os sujeitos, qualificação de identidades “normais” e “anormais”, são questões que perpassam o universo homossexual e se inserem na ótica da heterossexualidade que, sendo o modelo normativo apresentado e defendido pela tradicional moral ocidental, direciona e delimita os lugares/espaço ocupados dentro da sociedade.

Os sujeitos que transitam por esse território são freqüentemente classificados e identificados como tendo suas experiências homoeróticas convertidas automaticamente em identidade homossexual. O sujeito é então reconhecido como a-histórico, naturalmente constituído e portador de uma essência homossexual que o faz ser o que é e comportar-se de determinada maneira, como se homens e mulheres fizessem parte exclusivamente de dois grupos humanos distintos, antagônicos e excludentes: heterossexuais ou homossexuais e, como se a sexualidade fosse absolutamente redutível às práticas sexuais. (TONELI & PERUCCHI – p. 5)

Assim, concluímos essa análise da segunda história apresentada no filme *Desejo Proibido*, refletindo acerca das permanências que se fazem presentes na sociedade atual. Longe de pensarmos que os problemas em torno da crise de identidade sofrida por mulheres foi solucionada, identificamos em muitas das falas dos autores a extrema necessidade de se discutir tal questão uma vez que esta se faz reavivada a cada dia. As permanências são visíveis, e a associação da figura das lésbicas ao masculino ainda se faz muito forte em nós (Brasil). O que se percebe é que a associação entre homossexualidade e anormalidade ainda é uma constante, então, quando se há o reconhecimento do outro enquanto “diferente” sempre haverá o preconceito, a definição de lugares e a necessidade de determinar o outro modelo – aquele que difere da maioria - como anormal.

A lésbica é um ser que está em constante transformação pois paira sobre o preconceito e a luta diária por uma visibilidade. Não podemos simplesmente achar que de uma hora pra outra, padrões vão ser quebrados, estigmas desfeitos. Tudo é um processo e assim caminha a questão do lesbianismo, a passos lentos, mas, ininterruptos. Buscando sua liberdade de expressão, pois como diria Cheryl Clarke (1999): *Lésbica é uma mulher que “descolonizou” seu corpo.*³¹

2.3 MATERNIDADE CONCEBIDA E/OU CONSENTIDA: *LAS OTRAS MAMÁS* E AS “NOVAS” FORMAS DE “SER” FAMÍLIA EM CASAIS LÉSBICOS.

*Somos livres para escolher nossa
Própria sexualidade
Somos livres para descobrir
Nossa própria identidade
O amor não tem fronteiras
Vamos destruir a discriminação
Sem diferenças de sexos
Homens e Mulheres numa união
Sociedade machista
Pensamento atrasado
Sociedade machista
Pensamento ultrapassado.
Distúrbio Mental – Igualdade Sexual*

³¹ Acerca da resistência Lésbica ver: Cheryl Clarke (1999). *Lesbianism: An Act of Resistance*.

Terceira história

Em um mesmo cenário, mas em um contexto diferente – ano 2000 – a terceira história apresenta a luta de um casal de lésbicas – Fran (Sharon Stone) e Kal (Ellen Degeneres) – por ter um filho. Os desafios e enfrentamentos dessas mulheres são apresentados de forma cômica, e de certa maneira, fazem alusão a uma “felicidade alcançável”.

Diante das múltiplas possibilidades de ser mãe, as duas lançam-se a várias tentativas de concepção de um filho. Kal e Fran fazem uma primeira tentativa de ser mães propondo a um casal de gays a maternidade em parceria – na qual estes seriam os “doadores de sêmen” – sem que tivessem nenhum vínculo de paternidade com a criança. Os acordos foram feitos, contudo, a cláusula que tratava da total abstração de vínculo - da ausência de envolvimento dos pais - fez com que o casal gay não se sentisse a vontade em serem usados apenas como objeto de procriação – eles queriam participar, ter envolvimento na criação da criança. Essa atitude de tentativa de ser “pai” do casal causou a desistência de Kal e Fran pela maternidade em parceria.

Entristecidas, frustradas pela não concepção do sonho de ser mãe, Kal e Fran se deparam com um colégio de crianças que brincam despreocupadas. Observando-as, começam a conjecturar sobre a questão de se ter um filho sem que haja a presença da figura masculina – seja na concepção, seja na educação da criança.

Animadas diante das possibilidades que lhes são abertas vêm seu sonho reavivado - partindo para uma nova tentativa em busca da maternidade: a inseminação artificial. Procurando em bancos de sêmen na internet elas descobrem que inúmeras são as possibilidades de se conseguir sêmen. Conversando sobre a possibilidade de concepção de um filho através da inseminação artificial, Kal diz que quer participar desse momento, mesmo sendo através da escolha do doador do sêmen.

Na escolha por definir o sexo e a “etnia” da criança, Fran demonstra o interesse por ter um filho de etnias cruzadas. Kal sente-se desapontada diante da sugestão de Fran uma vez que elas haviam combinado que a criança deveria parecer com ela (Kal). Desfeito o mal entendido as duas direcionam-se a uma clínica que vende sêmen para inseminações. Dúvidas surgem em meio à caminhada rumo à sala da responsável pela “burocracia” ante a venda do material – a definição do perfil do doador, a veracidade do conteúdo exposto, etc. Assustadas diante da nova experiência Fran e Kal aguardam em uma sala de espera, enquanto são analisadas visualmente por um casal (heterossexual), que as deixa desconfortáveis.

Diante da mulher responsável pela venda do sêmen elas expõem suas dúvidas e acabam por saber que a inseminação não é algo fácil, nem tão pouco feito de forma rápida e imediata. Inicia-se um longo processo de preparação do corpo da mãe e conhecimento em torno do doador.

Em casa, Fran e Kal criticam a forma pela qual a mulher da clínica se referia ao sêmen: chantili ou creme. Em meio a conversa Fran propõe a adoção como uma saída para elas conseguirem ser mães. Diante da proposta de adoção Kal rebate dizendo que não seria uma possibilidade possível uma vez que as agências de adoção são fechadas, rígidas, quando se trata de casais homossexuais. O clima de brincadeira entre elas é tomado por uma angústia quando frente a afirmação da impossibilidade de adoção Fran afirma que *seria mais fácil Kal engravidar do que elas conseguirem adotar uma criança*. Neste momento Kal é tomada por um sentimento de revolta e impotência por não poder efetuar tal feito. Emocionadas, elas debatem acerca da impossibilidade de Kal engravidar Fran e da necessidade de um homem, ou parte de um homem, para conseguir realizar seu sonho de conceber um filho.

Apresentando saídas possíveis, essa história dosa o drama com alguns diálogos cômicos. Encenando uma história de amor de um casal de lésbicas que vivem em harmonia e que não desistem de realizar seus sonhos de serem mães diante das dificuldades surgidas, Fran e Kal são perseverantes e lutam até o fim.

As angústias vivenciadas pela personagem de Kal estão em *não ter esperma*, fato que a impossibilita de engravidar a sua amada Fran e em ter que procurar em listas de doadores perfis de homens que se pareçam com ela. Esse sentimento de “esterilidade” diante da concepção de um filho faz com que Kal se questione como seria ter um filho nascido do amor entre elas. O casal adota critérios pra selecionar os doadores e assim escolhem os preferidos frente a uma enorme lista de possíveis candidatos a pai da crianças.

No quarto, em uma cena memorável de demonstração de afeto e amor, Fran e Kal se amam, apaixonadamente. Cada beijo, cada olhar, cada toque entre elas representava a liberdade e a resistência de um amor que, vencendo fronteiras, busca “novas” conquistas: a maternidade e a constituição de família. Um amor que brinca e fala sério. Um amor que sorri, mas sofre. Sofrimento frente às limitações – morais, judiciais e corporais de um amor que insiste na tentativa por se fazer “ouvir”.

Na batalha por engravidar Fran se submete a sessões de inseminação. Tentando fazer com que Kal participe da concepção do filho, Fran enfeita o quarto em meio a um convite de amor. A cada seção de inseminação as duas se amam na tentativa por amenizar a impotência de seus corpos perante tal feito. O ato do sexo entre elas durante a inseminação representa a

simbologia em torno da resignação de possibilidades. É como se o amor entre elas tudo pudesse. Seria a maneira pela qual Kal tornara-se sujeito partícipe da concepção do filho.

Assim se encena essa terceira história, uma mescla de drama e comédia que ao mesmo tempo que sensibiliza o espectador com temas angustiantes, o diverte com os diálogos de Fran e Kal que vivem felizes apesar das dificuldades.

Diante de três tentativas frustradas de engravidar via inseminação artificial feita em casa por sua companheira, Fran e Kal decidem por buscar a intervenção médica. Em uma clínica, Fran tem seu óvulo fecundado e finalmente engravida. Direcionando-se ao parque de uma escola infantil, estas observam as crianças que brincam. O filme encerra-se com Fran questionando se é egoísmo querer ter um filho diante das dificuldades que este irá enfrentar por ser filho de mães lésbicas. Kal lhe diz que todas as crianças são enfrentadas e sentem dificuldades, mas, que o filho delas sabendo qual o significado da discriminação, saberia se defender. Esta diz que as coisas sempre mudam... que o mundo mudará, e alude que possivelmente quando o bebê delas crescer, o mundo estará diferente, a aceitação será maior.

* * *

Diante das representações apresentadas por essa terceira história vemos que essa insere em seus diálogos elementos problematizantes em torno da maternidade em casais de lésbicas. Partiremos da constatação de que essa conquista de direitos de “ser família” por casais homossexuais, representada pelo filme, não faz parte de uma realidade da qual vivenciamos hoje. Assim sendo, lançamos mão de posicionamentos de alguns autores que vem a confirmar e reforçar essa afirmativa de que a maternidade em casais homossexuais ainda não é uma conquista que lhes possa ser atribuída por implicarem questões que fogem a discussão de gênero e das sexualidades.

La maternidad lésbica combina elementos tradicionales con elementos transgresores. Por un lado se deja entrever el peso de la sangre y lo biológico en la constitución de los vínculos y se prioriza la maternidad en pareja. Por el otro, se construye un discurso sobre la importancia de los cuidados y los afectos para legitimar los vínculos no validados por la sangre y cuestiona la diferencia de sexo a la base de la familia nuclear. (HERRERA, 2007. p. 231)

Sabemos que as discussões são múltiplas em torno da questão e que muitas vezes querem se fazer ouvir quando o assunto fere a determinados “modelos instituídos”. A maternidade, ou o direito a maternidade é um assunto polêmico e que sucinta controvérsias até mesmo dentro do próprio movimento homossexual. Os posicionamentos divergem em torno de se ter e/ou querer o direito tanto a legitimação da relação (casamento) como a

questão da denominação de família “alternativa” através do direito à maternidade/paternidade homossexual.

Debates com temas que rompem o modelo hegemônico de sexualidade, que fogem a padrões da normalidade, que transpassam as barreiras do discurso legitimador, trazem consigo elementos que atravessam o campo biológico, jurídico e religioso e se inserem como temas transgressores e polêmicos no setor social. É nesse sentido que Libson (2007) contribui com essa discussão ao afirmar que:

La desaprobación generalizada hacia la no-heterosexualidad, considerada no-natural, que se plasma en la primera creencia, se asienta en los discursos biológicos, jurídicos, médicos y “psi” que han instituido, e instituyen, un concepto sobre la familia nuclear en el marco de la heteronormatividad obligatoria. Esa imagen del modelo familiar, torna “impensables” otras configuraciones familiares (Zambrano, 2006: 124). El argumento de la naturalidad y normalidad remite, en toda su expresión, a una idea de universalidad. Ahora bien, las variadas configuraciones familiares existentes en cada sociedad cuestionan dicha universalidad haciendo que los conceptos queden ligados a los contextos específicos de una manera microscópica (Geertz, 1997: 32). Pensar que es posible instituir un modelo de familia como universal y considerarlo de una manera atemporal y ahistórica es, en términos ideológicos, falso. (LIBSON, 2007. p. 354/355)

Dentre as problemáticas que se inserem em torno da temática, aquela que sucinta maior debate é a questão da adoção de crianças por casais homossexuais. Anna Paula Uziel (2006) trabalha essa questão utilizando-se opiniões divergentes afim de abarcar os dois lados discursivos em torno do direito ou não de adoção por tais casais.

Na psicanálise, de um lado, Anatrella (2001) e Hamad (2002) têm posições contrárias à adoção³² por homossexuais, ainda que com argumentos distintos. O primeiro acusa o Pacs2 de se utilizar da relação de concubinato para escamotear a intenção de institucionalizar a relação homossexual. Ambos apostam na identificação entre homossexualidade e negação da diferença dos sexos, ponto de vista combatido por Tort (1999). Para Hamad, (2002, p. 40) não seria a homossexualidade o problema ou o impedimento para a concessão da adoção, mas o possível ódio ao outro sexo e a “renegação da diferença dos sexos”. A sociologia e a antropologia, os dois outros campos do saber que se apropriam dessa discussão, têm como eixo central, para defender ou negar esses direitos, a questão da diferença simbólica entre os sexos: se, por um lado, argumentam que admitir parceiros do mesmo sexo seria negar a diferença simbólica, por outro, os que defendem o direito ao reconhecimento da conjugalidade ou da família o fazem apostando na constituição de outras formas de parentesco. (UZIEL, 2006. p. 207)

³² Embora a lei ainda não permita a adoção de uma criança por um casal de homossexuais, já há compreensão jurídica de que existe brecha legal para isso.

A possibilidade de visualização da problemática que a terceira história nos apresenta torna-nos mais sensíveis frente ao drama vivido por essas mulheres que, trazem dentro de sua essência feminina, o desejo de ser mães. Assim, a negação de tal realização traz na mulher um desejo de ausência – é como se ela não estivesse completamente realizada sem a experiência da maternidade. Esse desejo de conceber um filho por um casal de lésbicas é perpassado pelo filme e mostra que a combinação entre lesbianidade com o ato de ser mãe são implicadores de questões que nos levam a refletirmos sobre os lugares que essas mães assumirão na vida de seus filhos. Seria como pensar através da criança: quem seria a mãe? E que papel desempenharia a *outra mamá* na educação da criança? Neste viés discursivo Herrera (2007) nos aponta as implicações em torno dessa falta de reconhecimento legal em torno da maternidade lésbica – seja ela uma maternidade assistida, em parceria ou por inseminação.

La combinación de una identidad marginal – lesbiana – con una tradicional – madre – y la falta de reconocimiento legal hacen que la legitimidad social de las ‘outra mamá’ sea frágil. Ellas y sus parejas deben crear estrategias para lograr validar su rol de madres. Cualquiera sea su papel dentro de los cuidados del hijo biológico de su pareja, la ‘outra madre’ o la ‘tía’ desarrolla estrategias para legitimar su participación en la crianza, su vínculo con el niño o niña y su rol dentro de la familia. (HERRERA, 2007. p. 223)

Essa definição de lugares na criação dos filhos por casais homossexuais causa confusões por não ser ter um “modelo alternativo fixo de família” que sirva de padrão para os casais homo. Assim, essa não existência de papéis descredencia esse modelo frente a sociedade que não concebe a idéia de famílias formadas por dois homens e uma criança ou duas mulheres e uma criança. Essa ausência de um discurso que a legitime bem como a legalidade judicial, fazem com que novos códigos sejam construídos em torno da conceituação e constituição da família homoparental. Esses códigos são ditados pela convivência. É o afeto, a vivência diária que constrói os vínculos “parentais” entre a criança e suas /seus mães/pais. Esses papéis estáveis e pré-determinados fazem parte de famílias heterossexuais que, pautadas no binário homem/mulher representam aquilo que lhe é posto: o papel de mãe (mulher) e pai (homem). Segundo Herrera (2007) nos casais homossexuais não existe essa separação.

No existen papeles predefinidos ni tampoco un modelo a seguir para la pareja de la madre biológica. En la medida que la pareja parental son dos mujeres, la distribución de tareas y cuidados no corresponde a la clásica división de género. De esta forma, para ningún miembro de la familia está claro que es lo que debe hacer o qué se puede esperar de la ‘outra mamá’. Las relaciones entre todos los actores involucrados se van construyendo y negociando a lo largo del tiempo y del trato cotidiano. (HERRERA, 2007. p. 214)

Outro aspecto perceptível nessa terceira história representada nas personagens Kal e Fran é a estabilidade da relação. Um relacionamento que apresenta sinais de uma profunda afetividade, e por que não dizer amor entre essas duas mulheres, que planejam um futuro e sonham em constituir uma família. Rompida a barreira do atrativo sexual da satisfação do desejo passageiro, observa-se na relação entre Fran e Kal a busca pela visualização destas enquanto mulheres que buscam a maternidade e que pensam em si como pertencentes a uma mesma família. Assim não há uma vinculação da imagem delas com a promiscuidade e banalização do sexo. Existe sim, um comprometimento de ambas em torno de um mesmo projeto futuro: a educação de seu(s) filho(s).

Observamos ao longo dessa pesquisas muitos estudos que focaram a questão da promiscuidade dos casais homossexuais como sendo um dos fatores de maior crítica e preconceito frente à sociedade. Anna Paula Uziel (2008) em referência as *outras formas de ser família* afirma que:

Entre os novos arranjos de famílias, os compostos por pais gays estão entre os mais controversos. E, embora a educação de crianças por pais homossexuais não seja novidade, ela adquiriu visibilidade nos últimos anos. Tanto a estabilidade do relacionamento entre pessoas do mesmo sexo quanto seu desejo de ter filhos, porém, são fenômenos que ainda despertam a curiosidade e desconfiança a respeito da possibilidade e “adequação” de gays e lésbicas para tais tarefas. (UZIEL, 2008. p. 56)

Os discursos que inserem problemáticas em torno do direito de constituição de famílias e maternidade/paternidade por casais homossexuais são atuais e nos apresentam uma realidade onde nada ou quase nada foi conquistado acerca dessas questões. No Brasil o debate ainda é muito abafado e encontra resistências na sociedade, na política e na religião. Não há mobilizações (propostas, projetos) de mudanças que possibilitem a conjectura de que haverá uma mudança nesse sentido. O que vemos são conquistas isoladas de uns poucos que, determinados e focados naquilo que querem e que defendem para si, lutam e conseguem em meio à “brechas” que as leis possibilitam conquistas “individuais”. Nesse sentido não dá pra se generalizar e afirmar que há uma abertura acerca dessas temáticas, por que não há. O que existe são barreiras, que poucos ousam ultrapassar.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O FILME DESEJO PROIBIDO

Concluiremos este capítulo fazendo algumas considerações acerca das três histórias apresentadas no filme *Desejo Proibido*.

Fazendo uma leitura crítica do filme podemos dizer que este, ao apresentar uma certa linearidade temporal, causa no espectador, a medida em que as histórias vão findando, uma falsa sensação de que as problemáticas apresentadas se resolveram com o tempo. Digo falsa sensação por que como observamos essas problemáticas encenadas pelo filme ainda se inserem na ordem do dia, perpassando todo o nosso cotidiano. Então, enquanto permanências, achamos que elas deveriam ter seguido uma lógica de diálogo nas passagens de uma história para a outra.

Como pode ser observada ao longo do filme, cada história deteve uma autonomia, não havendo uma associação entre as questões suscitadas pelas outras. Dessa forma podemos concluir que essa “ilusão” da resolução do problema nas passagens das histórias é algo que apesar de ser limitador – por não possibilitar o diálogo – ao mesmo tempo é norteador uma vez delimita o campo de discussão em torno da mesma, não havendo assim, uma aglomeração de questões sem resposta.

Unidas por um único fio condutor: o lesbianismo, essas três histórias distintas nos apresentam uma série de discussões, através das representações presentes no filme. Cada qual com suas particularidades contribuíram na nossa busca pela compreensão e construção de novos olhares acerca da homossexualidade feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto ao longo desse trabalho, concluímos na esperança de ter contribuído no tocante as “lacunas” iniciais que se faziam presentes em torno da Homossexualidade Feminina. Trabalhamos através de uma interpretação dos “implícitos” na tentativa de desconstruir a idéia, que em tantos artigos analisados se fez presente: o silêncio das mulheres homossexuais. Empenhamo-nos por mostrar que apesar da existência do preconceito, da ocultação desses personagens pela história, eles encontraram formas de se fazerem ouvidos. Essa visibilidade dos interstícios nos possibilitou abstrair muitas das nossas percepções acerca da temática e assim, trazer luz a certos “pontos obscuros” que serviram, inicialmente, de empecilhos na nossa pesquisa.

Acreditamos que muito tem a ser produzido acerca da temática aqui proposta, uma vez que essa “relevada” voz que se fez apresentada ao público, vem a confirmar as nossas implicações iniciais quando constatamos que existem “discursos não-ditos” sobre a homossexualidade feminina e que estes nos falam, de forma velada e subjetivada, não se escondendo por completo.

Trabalhamos com as subjetivações dos autores e a partir delas construímos o nosso lugar de fala. Dentre as nossas discussões foi muito forte a questão da imposição do silêncio, que de forma permanente se fez presente por toda a história. Ainda hoje encontramos certos elementos silenciadores que trazem dificuldades a vida dessas mulheres fazendo com que estas tragam dentro de si o medo, o segredo, a culpa – como acompanhantes punitivos de um “pecado” que lhes é atribuído.

Essa remoção de estereótipos estigmatizados é muito difícil, principalmente quando se lança mão de trabalhar com o “desconhecido”. Esse foi o aspecto de maior dificuldade para nós durante a escrita desse trabalho: o ato de interpretar o silêncio (desconhecido), fazendo leituras possíveis em torno das mesmas. O medo de julgar e sermos julgados nos levou muitas vezes a suavizar as discussões, não adentrando em aspectos que possibilitassem leituras ambíguas, contraditórias.

Sabemos que existe a necessidade dessas mulheres terem uma visibilidade maior no cenário nacional (Brasil), contudo, se pararmos pra analisar tudo aquilo que foi exposto acima veremos que existe uma dificuldade maior que a necessidade: o preconceito. No Brasil, ainda somos obrigados a depararmos com a violência cometida contra homossexuais. Números estatísticos que assustariam até o mais ousado. Essa visibilidade se ver esbarrada frente ao preconceito que se faz presente na política, na religião, dentro do ambiente familiar, nos

grupos de “amigos”, nas escolas, etc. Vivemos em uma sociedade que autoriza o preconceito a partir da legitimação de um “modelo de sexualidade uno – heterossexualidade” tido enquanto normal. É uma sociedade que recusa os “diferentes”.

Diante da perplexidade que o amor entre mulheres suscita na sociedade, observamos que estas vivem por interpelarem-se, resguardadamente, em questões do tipo: como dizer ao mundo que sou “diferente”, ou que pertencço a determinado grupo, se as práticas que definem esse “grupo” são privadas e subjetivas? É você parar para pensar o quão complicado deve ser a luta de mulheres que querem ser ouvidas... mas que não ousam falar, explicitamente. Nesse momento muitos podem dizer: o risco é algo válido na luta por conquistar o seu espaço. Sim!. Mas quem ousaria lutar contra uma história que há anos vêm sendo escrita pelas tortuosas linhas do preconceito, sem que houvesse garantias de mudança? Poucas são aquelas que batem no peito e gritam: sou homossexual. O grande problema aí é a ausência de perspectiva. Tudo caminha para as permanências.

As lacunas de nomeação da homossexualidade feminina ainda existe, e muitas são as questões a serem discutidas em torno da mesma. Os insistentes discursos que defendem a idéia da homossexualidade como uma tentativa de reprodução do modelo heterossexual é um dos pontos que se fez preponderante nas nossas leituras. Questionar o “outro” acerca de suas práticas, é fácil, quando se está em seu lugar de “normalidade”. É simplesmente apontar e questionar posturas sem se ter a sensibilidade de tentar entender as necessidades e desafios que estas pessoas vivenciam no seu dia-a-dia.

A possibilidade de se “analisar” esse “diferente” se fez com dificuldades, mas, ao mesmo tempo de forma prazerosa, uma vez que entramos em “universos múltiplos” com elementos de discussão “novos”, que sublinham uma singularidade, dentro de espaços restritos. Essa inquietação em conhecer o “outro” despertou-nos curiosidade, e o contato com esses particularismos, sensibilizou-nos diante das dificuldades que essas pessoas enfrentam dia após dia.

Lidar com o sentimento alheio tornou-se para nós um jogo de questionamentos e emoções. Em meio a esse turbilhão de informações paramos e pensamos acerca das dificuldades e prazeres de ser mulher e homossexual: É sensibilizar-se diante da sensação de se estar em uma guerra onde não se conhece o inimigo... É vencer uma batalha por dia e mesmo assim não sentir o gosto da vitória, da liberdade... É parar para pensar como é ter que viver as escondidas, tendo negados todos e quaisquer expressões de afeto público... É não poder expressar um amor por medo de ser “apedrejado”... É pensar como é acordar todos os dias e saber que o mundo não mudou, que o preconceito ainda existe... mas é também pensar

que apesar de tudo existe uma força maior que qualquer obstáculo: a determinação de mulheres que já venceram diante da dominação masculina e que agora lutam diante da imposição do julgamento alheio... É parar pra pensar e nos colocarmos no lugar dessas mulheres que deveriam nos servir de exemplos de determinação e coragem e não como personagens que não merecem um lugar dentre nós.

Assim encerro esse trabalho, atentando para a necessidade de se conhecer o outro e de respeitar as suas limitações. É visualizar-se no lugar dessas pessoas e sentir na pele a dor do preconceito - que marginaliza... que exclui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS*:

ALMEIDA, Miguel Vale de. O casamento entre pessoas do mesmo sexo. Sobre “gentes remotas e estranhas” numa “sociedade decente”. In: UZIEL, Ana Paula [et al] (org.). **Conjugalidades, parentalidade e identidade lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p.p. 153-168.

ANJOS, G. Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências. In: **Sociologias (UFRGS)**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 274-305, 2000.

_____ (2002). Homossexualidade, direitos humanos e cidadania. In: **Sociologias (UFRGS)**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 222-252, 2002.

ARÁN, M., & PEIXOTO, C. A., Jr. Subversões do desejo: Sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. **Cadernos - Pagu, Revista Semestral do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp**, 28, 2007.

BELLINI, Lígia. **A coisa obscura**. Editoras Brasiliense: São Paulo, 1989.

BORGES, Lenise Santana. Lesbianidade da TV: visibilidade e “apagamento” em telenovelas brasileiras. In: UZIEL, Ana Paula [et al] (org.). **Conjugalidades, parentalidade e identidade lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p.p. 363-384.

BURKE, Peter. Unidade e variedade na história cultural. In: **Variedades de História Cultural**. Trad. Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 233-167.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: _____ **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 1982.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. In: **Cadernos Pagu** n.16. Campinas 2001. p.p. 13-30.

DESEJO PROIBIDO (If the walls could talk 2). Direção de: Jane Anderson, Martha Coolidge e Anne Heche. Produção de: Mary Kane. EUA: HBO, 2000. 1 DVD (96min.) Áudio Inglês, legenda Português. Color.

* Esse trabalho está baseado estruturalmente na Adaptação do Estilo de Normalizar de Acordo com as Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas - 2002).

DINIS, Nilson Fernandes.; MADLENER, Francis.. A Homossexualidade e a perspectiva Foucaultiana. In: **Revista do Departamento de Psicologia, UFF**. v. 19 n. 1. Niterói, 2007. p.p. 49-60.

FERREIRA, Verônica C. Entre Emancipadas e Quimeras: imagens do feminismo no Brasil. In: **Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP)**, v. 3/4, p. 153-200, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução: aura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FRANÇA, Isadora Lins. “Cada macaco no seu galho?”: poder, identidade e segmentação de mercado no movimento homossexual. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 21 n. 60. São Paulo, fevereiro de 2006.

FURLANI, Jimena. Mulheres só fazem amor com homens?”- (Des)construindo a homossexualidade feminina na Educação Sexual. ST 20 - **Homossexualidades femininas: subjetividades e política**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 7, 2006. *Publicados em ANAIS de evento técnico-científico INTERNACIONAL (2006)*

GAGNON, John H. **Uma interpretação do desejo: Ensaio sobre o estudo da sexualidade**. Tradução Lúcia Ribeiro da Silva. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. et al “Não podemos falhar”: a busca pela normalidade em famílias homoparentais. In: UZIEL, Ana Paula [et al] (org.) **Conjugalidades, parentalidade e identidade lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p.p. 277-300.

GÓIS, João B. H. Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. In: LOPES, Denilson [et al] (org.). **Imagem & diversidade sexual**. Estudos da homocultura. São Paulo: Nojosa Edições, 2004.

GOMIDE, Silvia. Formação da identidade lésbica: do silêncio ao Queer. In: UZIEL, Ana Paula [et al] (org.) **Conjugalidades, parentalidade e identidade lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p.p 405-422.

GRANT, Walkíria Helena. Considerações sobre a homossexualidade feminina. In: **Revista Psychê**. Ano VI. n. 09. São Paulo, 2002. p.p. 137-150.

HEILBORN, Maria Luiza. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro. Relume Dumará. 1996. p. 136-45.

_____ (2004). **Dois é Par: Gênero e identidade sexual em contexto igualitário**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

HERRERA, Florência. La otra mamá: madres no biológicas en la pareja lésbica. In: UZIEL, Ana Paula [et al] (org.). **Conjugalidades, parentalidade e identidade lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p.p. 213-232.

LACERDA, M., PEREIRA, C., & CAMINO, L. Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. In: **Psicologia Reflexão e Crítica**, 15 (1), 2002. p.p. 165-178.

LACOMBE, Andréa. De entendidas e sapatonas: socializações lésbicas e masculinidades em um bar do Rio de Janeiro. In: **Cadernos. Pagu** n.28. Campinas jan./jun. 2007

LESSA, Patrícia. O feminismo-lesbiano e a desconstrução dos corpos naturais em Wittig e Rich. In: **Planeta Lésbico**. <http://www.comuniles.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=58&Itemid=39> Acesso em: 15 de maio de 2008.

LIBSON, Micaela. Yo opino... construcciones discursivas sobre la homoparentalidad. In: UZIEL, Ana Paula [et al] (org.). **Conjugalidades, parentalidade e identidade lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p.p 341-361.

MESQUITA, Marylúcia. Orientação sexual: Experiência privada, opressão privada e pública – um desafio para os direitos humanos. Disponível em: <http://www.comuniles.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=80&Itemid=39>. Acesso em: 17 de maio de 2008.

MOTT, Luiz. **O lesbianismo no Brasil**. Mercado Aberto: Porto Alegre, 1987.

MUNIZ, Jacqueline. Homossexualidade: Um-amor-que-não-diz-seu-nome. Disponível em: <http://www.yararibeiro.com/palavras/jacqueline_muniz.htm>. Acesso em: 18 de maio de 2008.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a história depois do papel IN: PINSKY, Carla (org). **Fontes históricas**. São Paulo, Contexto, 2005. p.p. 235-289.

NAPOLITANO, Minisa Nogueira. A construção do lesbianismo na sociedade carioca oitocentista. Trabalho apresentado no **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

NETO, Luiz Ramires. Um silêncio desconcertante: A homossexualidade permanece invisível na Escola. In: **Anais do V Congresso Fazendo Gênero**. Florianópolis – SC, 2006;

NOVA, Cristiane. O cinema e o conhecimento da história. In: **Olho da história**, Salvador, n. 3, 1997. p.p. 217-33.

NUNAN, Adriana. Influência do preconceito internalizado na conjugalidade homossexual masculina. In: UZIEL, Ana Paula [et al] (org.). **Conjugualidades, parentalidade e identidade lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p.p. 47-68.

OLIVEIRA, Vanilda Maria de. Identidades interseccionais e militâncias políticas. In: UZIEL, Ana Paula [et al] (org.). **Conjugualidades, parentalidade e identidade lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p.p 385-404.

PAIVA, Antônio Cristian Saraiva. Reserva e invisibilidade: a construção da homoconjugalidade numa perspectiva micropolítica. In: UZIEL, Ana Paula [et al] (org.). **Conjugualidades, parentalidade e identidade lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p.p. 23-46.

PARKER, R.G., BARBOSA, R.M. (Orgs.). **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 1996.

PARKER, Richard G. **A cultura sexual no Brasil contemporâneo**. 3 ed. São Paulo: Best Seller, 1999

PAULA, Syane Costa de. O que os olhos não vêem, o corpo sente: prevenção à saúde sexual de mulheres jovens que fazem sexo com mulheres. Disponível em: **Planeta Lésbico** <http://www.comuniles.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=82&Itemid=39> acesso em: 18 de maio de 2008.

PERUCCHI, Juliana.; TONELI, Maria J. Filgueiras. Territorialidade homoerótica: apontamentos para os estudos de gênero. In: **Psicologia & sociedade**. São Paulo: ABRAPSO v.18, n.3, setembro 2006. p.p.39-47.

POCAHY, Fernando; NARDI, Henrique Caetano. Saindo do armário e entrando em cena: juventudes, sexualidades e vulnerabilidade social. In: **Revista Estudos Feministas**, Vol. 15, n. 1, Florianópolis, 2007. pp. 45-66.

PORTINARI, Denise Barruezo. **O discurso da homossexualidade feminina**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1989.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. In: **São Paulo em perspectiva**, Jul 2001, vol.15, no.3, p.53-66.

_____. (2003). A sexualidade depois da festa. In: **Revista Estudos Feministas**. v. 11. n. 2. Florianópolis. Julho/Dezembro 2003. p.p. 661-680.

_____. Globalização e imaginário sexual ou Denise está chamando. Disponível em: <<http://lite.unicamp.br/grupos/geish/margareth.html>> . Acesso em: 16/05/08

REIS, José Carlos. História da história: civilização ocidental e sentido histórico e Da História global à História em migalhas: o que se ganha, o que se perde? In: **História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: FGV. Ed, 2003.

RIOS, Roger Raupp. Uniões homossexuais: adaptar-se ao direito de família ou transformá-lo? Por uma nova modalidade de comunidade familiar. In: UZIEL, Ana Paula [et al] (org.) **Conjugalidades, parentalidade e identidade lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p.p. 109-130

SANTOS, Andrea Paula dos. O audiovisual como documento histórico: questões acerca de seu estudo e produção. Disponível em: <www.mnemocine.com.br/pesquisa/pesquisatextos/andreal.htm> Acesso em: 14 de maio de 2008.

SWAIN, Tânia Navarro. Feminismo e lesbianismo: a identidade em questão. In: **Cadernos Pagu** (12), 1999. p.p. 109-120.

TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. A homofobia na representação de mães heterossexuais sobre a homoparentalidade. In: UZIEL, Ana Paula [et al] (org.). **Conjugalidades, parentalidade e identidade lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p.p. 301-320

THOMPSON, Eduard P. A História Vista de Baixo. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001. p.p. 185-201.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Homofobia em contextos jovens urbanos: contribuições dos estudos de gênero. In: **PSIC - Revista de Psicologia**, da Vetor Editora, vol.7, no.2, p.31-38. Dez. 2006.

UZIEL, Anna Paula. et al (2006). Parentalidade e conjugalidade: aparições no movimento homossexual. In: **Revista Horizontes Antropológicos, Direitos Sexuais**. Porto Alegre, ano

12, nº 26, jul/dic: Publicação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p.p. 203-227.

_____ (2007). Parceria civil e homoparentalidade: o debate francês. In: UZIEL, Ana Paula [et al] (org.) **Conjugalidades, parentalidade e identidade lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p.p. 189-212.

_____ (2008). Outras formas de ser família. In: **Revista Mente & Cérebro**. Ano XV, n. 185. São Paulo, junho de 2008. p.p. 57-63.

VASCONCELOS, José Antonio. História e Pós-Estruturalismo. In: **Narrar o passado, repensar a história**. RAGO, Margareth e GIMENES, Renato Aluízio de Oliveira (Orgs.). Campinas: Unicamp, IFCH 2000 (Coleção Idéias).

ZAMBRANO, Elizabeth. Do privado ao público: a homoparentalidade na pauta do jornal Folha de São Paulo. In: UZIEL, Ana Paula [et al] (org.). **Conjugalidades, parentalidade e identidade lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond. p.p 321-340. 2007.